

Rafaela Miliorini

**AS REPRESENTAÇÕES SINTÁTICAS DA SUBPREDICAÇÃO  
EM PB: A NÃO-UNIFORMIDADE ENTRE FORMA E SENTIDO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Heronides M. M. Moura

Florianópolis  
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Miliorini, Rafaela

As representações sintáticas da subpredicação em PB : a não-uniformidade entre forma e sentido / Rafaela Miliorini ; orientador, Heronides Moura - Florianópolis, SC, 2016.  
111 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós Graduação em Linguística.

Inclui referências

1. Linguística. 2. Semântica. 3. Sintaxe. 4. Small Clause. 5. Uniformidade de Interface. I. Moura, Heronides. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Linguística. III. Título.

Rafaela Miliorini

**AS REPRESENTAÇÕES SINTÁTICAS DA SUBPREDICAÇÃO  
EM PB: A NÃO-UNIFORMIDADE ENTRE FORMA E SENTIDO**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Linguística e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 01 de março de 2016.

---

Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Gabriel de Ávila Othero  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Profa. Dra. Morgana Fabiola Cambrussi  
Universidade Federal da Fronteira Sul

---

Profa. Dra. Sandra Quarezemin  
Universidade Federal de Santa Catarina



À vó Marta  
*in memoriam*



Aos meus pais, Valério e Adriana, não apenas pelo suporte objetivo aos estudos, mas principalmente pela atenção dedicada, pelo cuidado permanente, pelo carinho sincero e pelo amor incondicional ao longo de todos esses anos.

À vó Marta, que desempenhou um grande papel na minha vida, por ter sido a pessoa mais pura, doce e amorosa que eu já conheci e a melhor avó que eu poderia ter tido.

À tia Cristiani, pelo apoio nos estudos, pelo interesse e pelo carinho de sempre.

A todos os meus familiares, pelo afeto e pelo apoio subjetivo.

Ao Giuseppe, por ter aparecido no instante exato para preencher o vazio, por estar sempre presente nas madrugadas de estudo e de trabalho e também nas tardes de descanso, pela imensa ajuda objetiva na escrita desta dissertação, por ser ao mesmo tempo o meu maior companheiro na vida e o meu maior interlocutor acadêmico. Pelo amor.

À Aline, minha irmã de coração, pela amizade de anos, pela sensatez, pelo cuidado e por estar ao meu lado em todos os momentos importantes da minha vida.

Às amigas queridas da graduação, Ana Luiza e Thalita, por terem sido minhas grandes companheiras desde as primeiras aulas, trilhando comigo os primeiros anos da vida acadêmica, e pela amizade que permaneceu.

À amiga Viviane, por ter me acolhido tão bem no Núcleo de Estudos Semânticos (NES) e pela amizade desde então.

Aos amigos da pós-graduação em Linguística, especialmente Valéria, Heloísa, Tayse, Daniela, Tiago, Helen, Dorival e Ezra, por serem amigos e interlocutores, pelo carinho e pelo respeito, por compartilharem os acontecimentos importantes da vida acadêmica, pelos grupos de estudos, pelas discussões sempre enriquecedoras, pela pluralidade de ideias e por me fazerem crescer a cada nova conversa.

Ao professor Heronides, grande orientador, pelos ensinamentos, por ter sido meu guia desde as primeiras inspiradoras aulas de semântica na graduação, durante o PIBIC e o ao longo do mestrado.

Aos demais professores do curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa – e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, que, de alguma forma, me conduziram até aqui.

Aos professores Gabriel e Morgana, pelo direcionamento na qualificação do projeto e pelas importantes contribuições na banca de defesa.

À professora Sandra, pelas animadas aulas de sintaxe e pelas valiosas contribuições à dissertação.

À Evelise, secretária do Programa, pela atenção, pela paciência, pela eficiência e por ser nosso porto-seguro em todas as questões administrativas e burocráticas.

À Universidade Federal de Santa Catarina, por ser uma ótima segunda casa.

À CAPES, pelo fomento.

Agradeço.



[...]  
antes a perda  
do que o desperdício  
antes o risco  
que a repetição  
antes a margem  
do que o precipício  
antes a crença  
que a convicção

antes o espaço  
do que o território  
antes a luz  
do que a iluminação  
antes o fim  
do que o purgatório  
antes surpresa  
do que perfeição

e depois alegria  
e depois alegria  
e gratidão  
[...]

Arnaldo Antunes



## RESUMO

Esta dissertação contesta a obrigatoriedade de uniformidade na interface sintaxe e semântica, partindo da análise do fenômeno da subpredicação em português brasileiro. O objeto foi delimitado a partir do conceito de predicação para Frege (2009) e para Searle (1969), que definem esse fenômeno como a atribuição de uma propriedade a um objeto. A subpredicação é definida por nós como uma segunda predicação, interna à principal. Nossa ancoragem teórica é a proposta de Culicover e Jackendoff (2005) na Teoria da Sintaxe mais Simples, que defende um sistema linguístico não transformacional, mas baseado em restrições, embora ainda gerativo e formalizável; a arquitetura da gramática, para os autores, é composta por três níveis: fonologia, sintaxe e semântica, gerados de forma independente e concomitante. Como a semântica deixa de ser um nível meramente interpretativo, a sua geração não depende mais unicamente da forma sintática; é postulada, então, a não-uniformidade de interface como opção de economia teórica: a estrutura sintática é reduzida ao máximo, projetando somente os itens pronunciados. A representação arbórea é *flat*, formada a partir de regras de constituição sintagmática e de ordem linear. Tomando a Sintaxe mais Simples como base, analisamos sentenças com verbos que selecionam semanticamente uma subpredicação e aplicamos testes de constituição sugeridos por Haegeman (2006) para verificar em quais casos esses verbos licenciam um único constituinte sintático – onde há a subpredicação – como complemento. Nos casos em que é atestada a formação de constituinte, a subpredicação é projetada sintaticamente como uma *small clause* (SC); nos demais casos, a relação de predicação se dá diretamente com o verbo e, portanto, não é formada uma SC – para esse grupo de verbos, a representação sintática é semelhante à projeção de verbos triargumentais. Os resultados mostraram que muitos verbos tradicionalmente considerados selecionadores de SC pela tradição gerativa (CHOMSKY, 1981; STOWELL, 1983; HAEGEMAN, 1994; PROGOVAC, 2006; MIOTO E FOLTRAN, 2007) não o são, embora estabeleçam uma relação de subpredicação no nível semântico. Constatamos que a postulação de complexidade estrutural e de uniformidade de interface entre esses níveis deve ser empiricamente motivada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Subpredicação; Small clause; Sintaxe mais Simples; Uniformidade de Interface.



## ABSTRACT

This dissertation questions the obligatoriness of uniformity at the syntax/semantics interface based on the analysis of the subpredication phenomenon in Brazilian Portuguese. The object of study was delimited according to the concept of predication, as it appears in Frege (2009) and Searle (1969), who define it as the attribution of a property to an object. We define subpredication as a secondary predication, internal to the main one. Our theoretical grounding is Culicover and Jackendoff's (2005) proposal in their *Simpler Syntax Theory*, wherein they defend a linguistic system that is not transformational, but based on restrictions, whilst remaining generative and formalizable; the architecture of grammar, according to them, is composed by three levels: phonology, syntax and semantics, all of which are generated independently and concomitantly. As semantics ceases to be a merely interpretative level, its generation no longer depends uniquely on syntactic form. We have, therefore, a presumption of non-uniformity as an option for theoretical economy: syntactic structures are maximally reduced, projecting only pronounced elements. The tree-representation is *flat* and formed according to constituency and linearization rules. Taking *Simpler Syntax* as our basis, we analyzed sentences containing verbs that semantically select subpredications and applied the constituency tests suggested by Heageman (2006) in order to verify in which of these cases the verbs license a unique syntactic constituent – where there is subpredication – as complement. Where we do attest the formation of such a constituent, the subpredication is syntactically projected as a *small clause* (SC); in all other cases, predication relations are set up directly with the verb, and, therefore, no SC is formed – for this group of verbs, the syntactic representation is similar to that of double object verbs. Our results revealed that many verbs traditionally considered to select SCs according to the generative tradition (CHOMSKY, 1981; STOWELL, 1983; HAEGEMAN, 1994; PROGOVAC, 2006; MIOTO E FOLTRAN, 2007), in fact, don't do so, even though they establish a subpredication relation on the semantic level. We hold that the postulation of structural complexity and interface uniformity among these levels should be empirically motivated.

**KEYWORDS:** Subpredication; Small clause; *Simpler Syntax*; Interface Uniformity.



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Regras autônomas de estruturas sintagmáticas (CULICOVER e JACKENDOFF, 2005, p. 145).....	68
Quadro 2 – Regras autônomas de estrutura sintagmática para Ss (CULICOVER e JACKENDOFF, 2005, p. 145).....	77
Quadro 3 – Classificação dos verbos de acordo com a projeção sintática da subpredicação.....	98





## LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 – A arquitetura da gramática em Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981).....	36
Diagrama 2 – A arquitetura em paralelo (CULICOVER e JACKENDOFF, 2005, p. 18).....	37
Diagrama 3 – A concepção fregeana de referência (SEARLE, 1969, p. 114).....	47
Diagrama 4 – A concepção de referência de Searle (1969, p. 118, adaptado).....	47
Diagrama 5 – Predicado principal e subpredicação.....	50



## LISTA DE SIGLAS

- AgrP – *agreement phrase* (sintagma de concordância)
- AP – *adjective phrase* (sintagma adjetival)
- CP – *complementizer phrase* (sintagma complementizador)
- DP – *determiner phrase* (sintagma determinante)
- FP – *functional phrase* (sintagma funcional)
- GB – *Government and Binding Theory* (Teoria da Regência e Ligação)
- GGT – Gramática Gerativa Tradicional
- GU – Gramática Universal
- HSS – Hipótese da Sintaxe mais Simples
- InfP – *infinitive phrase* (sintagma de infinitivo)
- IP – *inflectional phrase* (sintagma flexional)
- LF – *logical form* (forma lógica)
- NP – *noun phrase* (sintagma nominal)
- PB – português brasileiro
- P&P: Teoria de Princípios e Parâmetros
- PF – *phonetic form* (forma fonética)
- PP – *prepositional phrase* (sintagma preposicional)
- S – sentença
- SC – *small clause* (minioração)
- Spec – *specifier* (especificador)
- VP – *verb phrase* (sintagma verbal)



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>23</b>
<b>1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS</b> .....	<b>29</b>
1.1 A SINTAXE MAIS SIMPLES DE CULICOVER E JACKENDOFF.....	29
1.2 REFERÊNCIA, PREDICAÇÃO E SUBPREDICAÇÃO ....	44
1.2.1 Referência .....	45
1.2.2 Predicação .....	46
1.2.3 Delimitando o objeto: a subpredicação .....	48
<b>2 A PROPOSTA GERATIVISTA DE REPRESENTAÇÃO SINTÁTICA PARA A SUBPREDICAÇÃO: AS SCS</b> .....	<b>55</b>
2.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS .....	55
2.2 ESTRUTURA INTERNA .....	57
2.3 UMA VISÃO CONTRÁRIA: O TRATAMENTO DA SUBPREDICAÇÃO NA SINTAXE MAIS SIMPLES .....	61
<b>3 A NOÇÃO DE SINTAGMA PARA A TEORIA X-BARRA E PARA A SINTAXE MAIS SIMPLES</b> .....	<b>63</b>
3.1 O SINTAGMA .....	63
3.1.1 O sintagma na Teoria X-barra.....	63
3.1.2 O sintagma na Sintaxe mais Simples .....	67
3.2 OS TESTES DE CONSTITUÊNCIA.....	69
3.2.1 Os testes de constituição na Teoria X-barra .....	69
3.2.1.1 Substituição.....	69
3.2.1.2 Movimento.....	72
3.2.1.3 Pergunta QU.....	73
3.2.1.4 Focalização .....	74
3.2.2 Os testes de constituição e as especificidades da Sintaxe mais Simples .....	76
<b>4 ANÁLISE DE DADOS</b> .....	<b>79</b>

4.1	VERBOS QUE LICENCIAM SC.....	82
4.2	VERBOS QUE NÃO LICENCIAM SC .....	90
4.3	CONCLUSÃO .....	97
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>		<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>		<b>105</b>

## INTRODUÇÃO

Este estudo pretende analisar as possibilidades de representação sintática do fenômeno semântico da subpredicação em português brasileiro, a partir da Teoria da Sintaxe mais Simples de Culicover e Jackendoff (2005). É central para essa análise a discussão acerca da (não-)uniformidade entre sintaxe e semântica.

O fenômeno investigado pode ser entendido como uma predicação interna a outra predicação. Vejamos:

- (1) Ana viu Maria.
- (2) Ana viu Maria dançando.

Em (1), temos a estrutura de predicação *x ver y*, com dois espaços argumentais sendo preenchidos por *Ana* e *Maria*. Na sentença (2), há aparentemente a estrutura *x ver y z*, com três espaços argumentais; entretanto, *y* e *z* são, na verdade, subdivisões de um mesmo constituinte semântico, o qual forma uma segunda predicação, interna à primeira. A estrutura que se apresenta é, pois, *x ver s*, onde *x* = *Ana* e *s* = *Maria dançando*.

- (2') Ana [viu [Maria dançando]].

Se preenchermos *s* com *Maria dançando*, temos o predicado *viu Maria dançando* atribuindo à *Ana* a propriedade de ver *Maria dançando* e o predicado *dançando* atribuindo à *Maria* a propriedade de dançar. Vamos chamar a primeira relação de **predicação principal** e a segunda de **subpredicação** – ou seja, uma predicação interna à outra.

Nos trabalhos em Linguística Gerativa, a subpredicação é usualmente associada à projeção sintática de uma *small clause* (SC), termo introduzido pelo trabalho de Williams (1975) para denominar um tipo específico de construção linguística que expressa relação entre sujeito e predicado. A expressão é posta em oposição às sentenças plenas (*full clauses*), pois, diferentemente dessas, nas SCs a predicação não ocorre através de um verbo flexionado, mas de um adjetivo, uma preposição, um nome ou um verbo não-flexionado. Os estudos acerca do fenômeno seguem com os trabalhos de Chomsky (1981) e Stowell (1983) e atualmente formam uma grande esfera de pesquisa dentro do círculo gerativo.

- (3) Ana julgou [SC [NP Maria] [AP imprudente]]
- (4) Ana imaginou [SC [NP Maria] [PP na Europa]]
- (5) Ana considera [SC [NP Maria] [DP uma gata]]

A sentença (1) é um exemplo de predicação através de uma sentença plena (*full clause*), com o verbo *ver* flexionado. Nas sentenças (2), (3), (4) e (5) temos exemplos de SCs com predicação por meio de um verbo no gerúndio, um adjetivo, um sintagma preposicionado e um nome, respectivamente; e elas são, ainda, também exemplos de sentenças plenas, pois cada uma possui um verbo principal conjugado que carrega a predicação principal. Em (3), por exemplo, o verbo *julgar* carrega a predicação principal: atribui à Ana a propriedade de julgar Maria imprudente; na mesma construção, a subpredicação ocorre através do adjetivo *imprudente*, que atribui à Maria a propriedade de ser imprudente. O mesmo acontece com os demais exemplos.

De acordo com Culicover e Jackendoff (2005), esse tratamento dado pelos estudos gerativistas é decorrente da obrigatoriedade de uniformidade entre a estrutura semântica e a estrutura sintática. Na tradição gerativa, a sintaxe é tomada como o nível linguístico central, a partir do qual os demais são estruturados. Portanto, toma-se como pressuposto a uniformidade entre forma e sentido: cada projeção semântica será derivada de uma estrutura sintática subjacente e para cada estrutura sintática haverá apenas uma estrutura semântica correspondente. A relação é, portanto, de um para um (MOURA, 2015). Portanto, tendo em vista que uma predicação exprime uma proposição completa e que predicações normalmente são expressas por constituintes sentenciais, se temos uma predicação semântica, devemos ter, analogamente, uma projeção sentencial na estrutura sintática.

Culicover e Jackendoff (2005), contudo, propõem que não há uniformidade absoluta na interface sintaxe–semântica; ou seja, há estruturas semânticas independentes de estruturas sintáticas. Os autores seguem, nesse aspecto, o mesmo caminho da Linguística Cognitiva (LAKOFF e JOHNSON, 1999; TALMY, 2003; CROFT e CRUSE, 2004; LANGACKER, 2008; PINKER, 2008), e de outras vertentes funcionalistas (GIVÓN, 2001a, 2001b; CROFT, 2003; BYBEE, 2010).

A Teoria da Sintaxe mais Simples propõe que a linguagem é constituída por uma arquitetura em paralelo, em que fonologia, sintaxe e semântica compõem, em conjunto, três níveis de estruturação linguística não-hierárquicos entre si. Cada sentença proferida, pois, será gerada pelos três componentes ao mesmo tempo e de forma independente. Essa proposta distribui a complexidade estrutural entre três níveis, abrindo mão



da uniformidade de interface e retirando a sobrecarga da sintaxe, que não mais precisa comportar, sozinha, todos os fenômenos linguísticos essenciais. Portanto, a sintaxe deixa de ser o nível central de geração linguística, embora ela ainda seja autônoma; da mesma forma, postula-se a não-uniformidade entre os níveis linguísticos, ainda que exista algum grau de isomorfia.

A Sintaxe mais Simples se aproxima dos postulados de P&P por adotar uma concepção de linguagem como um sistema gerativo, inato, mental, formalizável e modular (que mantém, portanto, a autonomia da sintaxe). Entretanto, se distancia dessa corrente por optar, como opção de economia teórica, pela simplificação da estrutura em detrimento da complexificação das regras de formação; pela rejeição do componente transformacional, propondo uma estrutura baseada em restrições; pela não-aceitação da sintaxe como o nível básico de geração linguística; e pela não-adoção da Uniformidade de Interface sintaxe–semântica.<sup>1</sup>

Culicover e Jackendoff (2005) argumentam, à luz de sua teoria, que algumas estruturas de subpredicação (que os autores chamam de NP-Pred) formam SCs e outras não. Eles apresentam algumas evidências que apontam a favor dessa estrutura, mas afirmam que em muitos casos – na maioria das estruturas analisadas como SCs pela tradição gerativa – não há indícios para a formação desse sintagma e a estrutura será, portanto, *flat* (plana)<sup>2</sup>.

Nossa análise neste trabalho busca verificar quais as projeções sintáticas da subpredicação, de acordo com o verbo que as seleciona. Para tanto, após uma breve discussão sobre a noção de sintagma para a teoria gerativa e para a Sintaxe mais Simples, aplicamos testes de constituição para verificar quais verbos, dentre os selecionadores de subpredicação, realmente podem subcategorizar um constituinte do tipo SC.

As contestações à linguística gerativa desenvolvidas aqui tomam como base o estudo de Culicover e Jackendoff (2005), os quais desenvolvem a Teoria da Sintaxe mais Simples em oposição a essa corrente. Nosso objetivo não é construir críticas gratuitas à Gramática Gerativa, um programa de pesquisa com uma ampla tradição e ainda em

---

<sup>1</sup> Estes pontos serão mais bem discutidos na seção 1.1.

<sup>2</sup> Sugerimos livremente a tradução *plana* para o termo *flat*, por acreditarmos que essa seria a opção mais compatível com seu significado em inglês. Entretanto, optamos por manter o termo original – estrutura *flat* – ao longo do trabalho, para nos prevenirmos contra eventuais equívocos interpretativos por problemas de tradução. A estrutura *flat* proposta pelos autores será mais bem explicada na seção 1.1 desta dissertação.

desenvolvimento; levantaremos objeções quando for necessário e pertinente à nossa análise. Contrapomo-nos, particularmente, à complexificação dada à sintaxe com o objetivo único de preservar a uniformidade de interface com a semântica, e não à complexificação *per se*, pois ela pode ser empiricamente motivada.

Como a Sintaxe mais Simples prevê uma arquitetura da linguagem em paralelo, estabelecida sobre três eixos (fonologia, sintaxe e semântica), a análise de fenômenos linguísticos reservados à sintaxe passa a dividir-se entre os níveis. Apoiando-nos nessa teoria, acreditamos que o fenômeno da subpredicação pode ser representado sintaticamente de maneira mais econômica<sup>3</sup>. Colocamos em questão a representação uniforme de todos os casos de subpredicação como SCs e esperamos que a aplicação de testes de constituição em alguns dados do PB consigam apontar para um resultado híbrido: algumas estruturas de subpredicação, (tradicionalmente consideradas SCs pelos estudos gerativos) realmente são *small clauses* sintáticas, mas outras realizam a predicação diretamente com o verbo, não projetando um sintagma sentencial separado.

Com este estudo, tomando como base a proposta de Culicover e Jackendoff (2005), buscamos, ainda, defender a não-obrigatoriedade de uniformidade entre forma e sentido na língua, ou seja, assumimos que a relação sintaxe–semântica não é necessariamente isomórfica. Isso nos leva a propor uma projeção alternativa aos casos de subpredicação que, de acordo com nossa análise, não formam constituintes sentenciais e que, portanto, não apresentam as mesmas regras de correspondência das SCs. Isso porque, se temos estruturas sintáticas diferentes – em alguns casos a formação de SCs e em outros não – para o mesmo fenômeno semântico (a subpredicação), as regras que estabelecem a interface entre esses dois níveis não podem permanecer uniformes. A mesma relação semântica de predicação poderá ser atingida por estruturas sintáticas de vários tipos (sentenças inteiras, SCs e as estruturas que Culicover e Jackendoff chamam de *falsas* SCs).

A dissertação organizar-se-á da seguinte forma: no primeiro capítulo, trazemos o referencial teórico sobre o qual estabelecemos nossas discussões, a Sintaxe mais Simples de Culicover e Jackendoff (2005), e a delimitação do objeto a ser analisado, a partir das perspectivas de Frege (2009) e Searle (1969). O capítulo dois discutirá a proposta gerativa para

---

<sup>3</sup> Na seção 1.1, discutiremos melhor o que estamos entendendo por economia: a principal diferença técnica entre a Sintaxe mais Simples e a Gramática Gerativa.

a projeção sintática da subpredicação, as SCs, e a proposta alternativa da Sintaxe mais Simples.

No capítulo três, exploraremos a noção de sintagma para a Teoria X-barras e para a Sintaxe mais Simples, apresentando também os testes de constituição que utilizaremos para a análise. No capítulo quatro, apresentamos a análise através da aplicação dos testes e dividimos os verbos selecionadores de subpredicação em dois grupos: aqueles que selecionam SCs e aqueles que não selecionam; para os do último grupo, propomos que a subpredicação é sintaticamente projetada como um verbo triargumental. Encerramos com as considerações finais.



# 1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

## 1.1 A SINTAXE MAIS SIMPLES DE CULICOVER E JACKENDOFF

Culicover e Jackendoff (2005, p. 5), Jackendoff (2011) e Culicover (2013) propõem a teoria da *Simpler Syntax*, ou Sintaxe mais Simples, motivados pela necessidade de se oferecer explicações mais simples a fenômenos sintáticos, segundo os autores, por vezes complexificados pela tradição gerativa. Eis a denominação: Sintaxe mais Simples.

### (1) Hipótese da Sintaxe mais Simples (HSS)

A teoria sintática mais explicativa é aquela que atribui a estrutura mínima necessária para fazer a mediação entre a fonologia e o significado.

A teoria apresenta hipóteses alternativas à Gramática Gerativa Tradicional (GGT)<sup>4</sup>, embora ainda preserve, em parte, alguns pressupostos chomskianos mais gerais. Os autores mantêm a característica mentalista da abordagem, por considerarem que essa visão seja de significativa relevância para a evolução dos estudos linguísticos nas diferentes áreas de interface (como aquisição e processamento da linguagem, por exemplo).

A abordagem mentalista de Culicover e Jackendoff (2005) se aproxima da Linguística Cognitiva, embora os autores não se considerem cognitivistas. Jackendoff (1992) afirma que os trabalhos desenvolvidos por essa corrente se aproximam da sua teoria semântica, a Semântica Conceptual (cf. Jackendoff, 1983; 1990; 1992), por ambas estarem

---

<sup>4</sup> Culicover e Jackendoff (2005, p. 3) se opõem ao que chamam de Gramática Gerativa Tradicional ou Mainstream Generative Grammar (MGG), denominação utilizada pelos autores para se referir à linha de pesquisa mais associada a Noam Chomsky, incluindo *Syntactic Structures* (1957), Teoria Padrão (*Aspects of the Theory of Syntax*, 1965), Teoria Padrão Estendida (*Studies on Semantics in Generative Grammar*, 1972), Teoria Padrão Estendida Revisada (*Reflections on Language*, 1975), Teoria de Princípios e Parâmetros (*Lectures on Government and Binding*, 1981) e Programa Minimalista (1993; 1995). Quando nos referirmos, aqui no texto, a essa corrente, utilizaremos a sigla GGT, para seguir a denominação adotada pelos autores.

interessadas em investigar a representação mental do mundo e o modo como ela se relaciona com a linguagem. Ademais, a Semântica Conceptual, assim como a Linguística Cognitiva, também desenvolve trabalhos acerca da decodificação de conceitos espaciais e sua extensão a outros campos semânticos (cf. Talmy, 2003).

Entretanto, Jackendoff (1992, p. 31) afirma que a Semântica Conceptual se distancia da Semântica Cognitiva por importantes razões<sup>5</sup>:

[...] (1) it [Conceptual Semantics] is committed to an autonomous level of syntactic representation rather than its abandonment; (2) it is committed to rigorous formalism, insofar as possible, on the grounds that formal treatment is the best way of rendering a theory testable; (3) it makes contact with relevant results in perceptual psychology rather than leaving such relationships tacit; (4) it is committed to exploring issues of learnability and hence to the possibility of a strong innate formal basis for concept acquisition.<sup>6</sup>

Na medida em que Jackendoff (1992), Culicover (1997) e Culicover e Jackendoff (2005) estão comprometidos com a autonomia da sintaxe, com o tratamento formal da gramática e com o inatismo, eles se aproximam de algumas das teses principais da GGT.

Entretanto, os autores se opõem a essa corrente em algumas questões, como a não-aceitação da sintaxe como o nível básico de geração linguística e, conseqüentemente, a não-adoção da uniformidade entre

---

<sup>5</sup> Além das razões elencadas por Jackendoff (1992), os autores se diferenciam de grande parte das pesquisas em Linguística Cognitiva por não aceitarem a hipótese Katz-Postal (1964), segundo a qual a semântica seria completamente isomórfica à estrutura profunda. Essa hipótese, segundo Lemle (1984), deu origem aos primeiros trabalhos no que era então chamado de Semântica Gerativa (cf. Lakoff, 1974), que postulava a semântica como o nível básico de geração linguística, e que veio, depois, a desenvolver-se na Semântica Cognitiva.

<sup>6</sup> "[...] (1) ela [a semântica conceitual] está comprometida com um nível autônomo de representação sintática, e não com seu abandono; (2) ela está comprometida, na medida do possível, com um formalismo rigoroso, dado que o tratamento formal é a melhor maneira de tornar uma teoria testável; (3) ela faz contato com resultados relevantes da psicologia da percepção, ao invés de manter tais relações tácitas; (4) ela está comprometida com a investigação de questões de aprendizagem, e portanto, com a possibilidade de uma robusta base inata para a aquisição de conceitos."

sintaxe e semântica. Apesar de conservarem a concepção de linguagem como um sistema mental e gerativo, a teoria da Sintaxe mais Simples é formulada em oposição à teoria gerativa tradicional, o que nos impede, por essa razão, de enquadrar os autores no rol de linguistas gerativistas.

Além disso, Jackendoff e Culicover rejeitam a divisão rígida entre competência e performance. Em Jackendoff (2002), o autor defende a distinção frouxa (*soft*) entre esses dois termos, afirmando que é necessário certo nível de idealização nos estudos científicos. Entretanto, critica as correntes que defendem uma idealização rígida (*hard*) de competência, pois isso pode encaminhar a teoria para um ponto em que ela acaba fechando-se em si mesma, negando qualquer necessidade de se olhar para os dados de performance. Para o autor, o estudo da competência é importante enquanto método de trabalho científico, é uma “conveniência metodológica”. Contudo, o objetivo do pesquisador deve ser, segundo Jackendoff (2002), partir da idealização frouxa (da competência) para a incorporação gradual dos dados de performance, que não conseguem ser explicados quando se analisa apenas a competência (idealizada de maneira rígida).

Culicover (2013) também argumenta que a diferença núcleo–periferia (*core–periphery*) deve ser entendida como uma questão metodológica, não teórica. Segundo o autor, quando uma teoria toma o estudo do *core* como um princípio teórico, acaba excluindo aspectos importantes da língua, relegando à periferia dados considerados “imperfeitos” ou não-uniformes.

No início da formulação da teoria gerativa, Chomsky (1965) define *competência* como o conhecimento da língua, um dado estado da faculdade da linguagem, e *performance* como o uso efetivo da língua em situações concretas; argumenta que, como o pesquisador só tem acesso aos dados de uso, é necessário que se tome, para fins científicos, a performance como reflexo perfeito da competência. É uma posição assumidamente idealizada e adotada, ainda àquela época, como metodologia de pesquisa. A língua (competência) é vista como um fenômeno mental que, por natureza, interage com outros sistemas cognitivos, os quais, por sua vez, influenciam o comportamento linguístico dos indivíduos (performance).

Para Jackendoff (2002), ao longo do desenvolvimento da teoria gerativa, o conceito de competência foi se modificando e se tornando mais abstrato, afastando-se de uma integração mais harmoniosa com teorias de performance (e.g. modelos de processamento). Já na formulação de P&P, Chomsky (1981, p. 8) afirma que a idealização é justamente assumir que o falante possui dentro de sua cabeça elementos não captados pela teoria;

sob esse ponto de vista, a realidade é apenas aquilo que o modelo teórico dá conta de explicar, i. e., GU e *core grammar* são conceitos teóricos que criam a realidade atingível:

Viewed against the reality of what a particular person may have inside his head, core grammar is an idealization. From another point of view, what a particular person has inside his head is an artifact resulting from the interplay of many idiosyncratic factors, as contrasted with the more significant reality of UG (an element of shared biological endowment) and core grammar (one of the systems derived by fixing the parameters of UG in one of the permitted ways).<sup>7</sup>

O autor continua com essa visão no Programa Minimalista:

[...] much more substantial idealization is required if we hope to understand the properties of the language faculty, but misunderstandings and confusion engendered even by limited idealization are so pervasive that it may not be useful to pursue the matter today. Idealization, it should be noted, is a misleading term for the only reasonable way to approach a grasp of reality. (CHOMSKY, 1995, p. 6)<sup>8</sup>

Essa posição – de considerar a realidade apreensível pela teoria mais concreta do que a realidade aparente que se manifesta nos dados – é

---

<sup>7</sup> "Vista em comparação com a realidade do que uma pessoa particular tem em sua cabeça, a gramática nuclear é uma idealização. De um outro ponto de vista, o que uma pessoa tem em sua cabeça é um artefato resultante da interação de muitos fatores idiossincráticos, em contraste com a realidade mais significativa da GU (um elemento da herança biológica compartilhada) e da gramática nuclear (um dos sistemas derivados pela fixação de parâmetros da GU em uma das maneiras permitidas)."

<sup>8</sup> "[...] uma idealização muito mais substantiva é necessária se quisermos compreender as propriedades da faculdade da linguagem, mas incompreensões e confusões engendradas até mesmo pela idealização mais limitada são tão difundidas que pode não ser útil investigar esse assunto hoje. Idealização, deve-se notar, é um termo enganador para a única maneira razoável de nos aproximarmos a uma apreensão da realidade."



coerente com a epistemologia racionalista assumida por Chomsky, de acordo com a qual o valor de uma teoria depende menos da efetiva constatação em meros dados linguísticos do que da elegância formal e da consistência interna ao modelo teórico.<sup>9</sup>

A Sintaxe mais Simples, entretanto, caminha em outra direção, pois tem como objetivo permanente a busca pela incorporação de dados de performance. Afinal, se se compreende a língua como um fenômeno mental, é esperado que se busque elaborar uma teoria linguística que seja compatível com dados de performance e que esteja em consonância com outras teorias sobre a mente, o cérebro e a evolução humana.

Culicover (2013) ressalta que a teoria linguística defendida na Sintaxe mais Simples toma fenômenos do *core* como uma das extremidades do *continuum* de relações entre forma e sentido, que contém os fenômenos linguísticos generalizados e semanticamente transparentes. Entretanto, a Sintaxe mais Simples propõe examinar também fenômenos linguísticos da periferia (localizados nesse *continuum*), os quais representam grande parte dos dados linguísticos e precisam, portanto, ser acomodados na teoria.

Apesar dessas importantes diferenças teóricas, Culicover e Jackendoff (2005) preservam, além do mentalismo, também a concepção de linguagem como um sistema gerativo, em que um número infinito de sentenças pode ser gerado a partir de um conjunto finito de regras explicitamente formuláveis pelo analista. Segundo Jackendoff (2007, p. 254), foi justamente o tratamento gerativo da linguagem que proporcionou robustez às análises biológicas e mentalistas, porque

[...] allowed it to go beyond the philosophical speculations of, for instance, the Cartesian linguists, Humboldt, and Sapir, and also beyond the formal techniques of structuralist linguists like Bloomfield and Harris. I think it's fair to say that was this integrated combination of mentalism and gerativism that set linguistic theory on an

---

<sup>9</sup> Sabemos, no entanto, que essa posição não é defendida por todos os linguistas gerativistas; Culicover e Jackendoff (2005) estão formulando a teoria em contraposição especificamente à linguística chomskiana.

altogether higher plane than anything that had gone before.<sup>10</sup>

Entretanto, indo de encontro aos postulados da GGT, que entende a língua como fruto de uma mutação (cf. Chomsky, Belletti e Rizzi, 2002), a concepção de linguagem dos autores é tomada a partir da visão de François Jacob (1977), para quem a biologia seria como um funileiro. O biólogo contrapõe-se à ideia de evolução como obra de um engenheiro, que (i) executaria suas atividades com um objetivo delimitado, vislumbrando o resultado; (ii) teria à sua disposição os materiais ideais para a produção de sua obra e o maquinário desenhado especificamente para aquele fim e (iii) se dedicado, produziria objetos quase perfeitos para exercer suas funções (relativamente à tecnologia disponível). Contrariamente à analogia da evolução como obra de um engenheiro – que, em última instância, à luz de Darwin, confronta a teoria criacionista –, Jacob (1977, p. 1164) propõe que a seleção natural funciona como o trabalho de um funileiro,

who does not know exactly what he is going to produce but uses whatever he finds around him whether it be pieces of string, fragments of wood, or old cardboards; in short it works like a tinkerer who uses everything at his disposal to produce some kind of workable object. For the engineer, the realization of his task depends on his having the raw materials and the tools that exactly fit his project. The tinkerer, in contrast, always manages with odds and ends. What he ultimately produces is generally related to no special project, and it results from a series of contingent events, of all the opportunities he had to enrich his stock with leftovers. [...]<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> “[...] possibilitou que se fosse além das especulações filosóficas dos linguistas cartesianos, Humboldt e Sapir, por exemplo, e também que se superasse as técnicas formais de linguistas estruturalistas como Bloomfield e Harris. Creio ser justo afirmar que foi essa combinação integrada do mentalismo com o gerativismo que situou a teoria linguística em um plano bem mais elevado do que qualquer coisa que tenha acontecido antes.”

<sup>11</sup> “que não sabe exatamente o que ele vai produzir, mas utiliza qualquer instrumento que esteja ao seu redor, sejam peças de cordas, fragmentos de

Da mesma forma, a faculdade da linguagem, desenvolvida durante o curso da evolução, forneceria aos seres humanos um kit de ferramentas (*toolkit*), possibilitando que cada língua selecionasse quais ferramentas utilizar para construir um mapeamento entre som e significado. Diferentemente de uma obra de engenharia, a linguagem não é perfeita<sup>12</sup>; a sintaxe não se caracteriza como a estrutura ótima para relacionar som e significado.<sup>13</sup>

De acordo com os autores, as diferenças entre a HSS e a GGT podem ser divididas em dois aspectos principais, de naturezas distintas: (i) técnico: quais aparatos formais a teoria adota para a descrição linguística e (ii) conceitual: qual o ponto de vista da teoria sobre a natureza da linguagem. Iniciemos pelo segundo.

No diagrama 1, apresentamos a arquitetura da gramática proposta pela GGT, no estágio de P&P, que postula que a estrutura profunda de uma sentença (D-structure) é gerada a partir das regras de formação

---

madeira ou cartolinas velhas; em suma, funciona como um funileiro que usa tudo que está à sua disposição a fim de produzir um objeto útil. Para o engenheiro, a realização de sua tarefa depende da condição de ele ter os materiais brutos e as ferramentas que se adequam precisamente ao seu projeto. O funileiro, por sua vez, sempre lida com quinquilharias de toda sorte. O que ele produz ao fim não está geralmente ligado a nenhum projeto especial e resulta de uma série de eventos contingentes, de todas as oportunidades que ele teve de enriquecer seu estoque com sobras. [...]"

<sup>12</sup> Ao longo de sua obra, Chomsky vem aderindo à posição de acordo com a qual a linguagem se aproximaria muito de um sistema perfeito, como fica evidente, por exemplo, no seguinte trecho:

"What happened by the early 1990s is that somehow it began to work; enough was understood, something had happened, it was possible to ask the question in the first session of a course: could language be perfect? and then get some results which indicated it doesn't sound as crazy as you might think. Exactly why, I'm not so sure, but in the last seven or eight years I think there have been indications that the question can be asked seriously. There is always an intuition behind research, and maybe it's off in the wrong direction, but my own judgment, for what it's worth, is that enough has been shown to indicate that it's probably not absurd and maybe very advisable to seriously ask the question whether language has a kind of an optimal design." (CHOMSKY, BELLETTI e RIZZI, 2002, p. 96-97)

<sup>13</sup> Para Pinker e Jackendoff (2005), a linguagem, assim como outros sistemas biológicos, é imperfeita; a afirmação de que ela seja um sistema perfeito é uma escolha pessoal do pesquisador, e não uma constatação a partir de dados empíricos. Por essa razão, segundo os autores, tal idealização não deve ser utilizada para afirmar qualquer coisa sobre a evolução da linguagem.

sintagmática (X' theory) e pelo léxico. A partir de algumas operações de transformação, subsumidas, neste estágio da teoria, em “mova  $\alpha$ ”, é gerada a estrutura superficial (S-structure) que, por sua vez, será mapeada a uma forma fonética (PF) e a uma forma lógica (LF). Os níveis de interface PF e LF dão origem à fonologia e à semântica, respectivamente.<sup>14</sup> As sentenças, portanto, são geradas inteiramente pela sintaxe, tendo em vista que PF e LF são, ainda, níveis sintáticos.

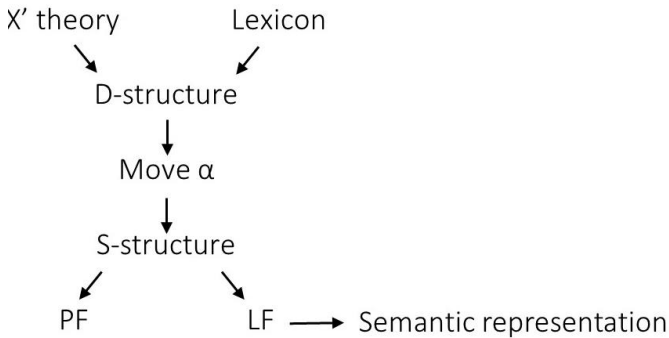


Diagrama 1: A arquitetura da gramática em Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981)

A Sintaxe mais Simples, por sua vez, propõe que três eixos básicos, gerados em paralelo, compõem a arquitetura da gramática: fonologia, sintaxe e semântica. É, portanto, abandonado o sintatocentrismo: o sistema gera de maneira concomitante e independente os três componentes, cada um estabelecendo sua própria complexidade combinatoria a partir de seu conjunto próprio de unidades mínimas. Logo, cada um deles desempenha papel igualmente essencial na estruturação linguística. Diferentemente do que é proposto pela GGT, fonologia e semântica não são essencialmente interpretativas, mas partes estruturantes do sistema, juntamente com a sintaxe, que se desloca do centro para compor uma arquitetura em paralelo com os outros dois constituintes. Vejamos:

---

<sup>14</sup> Fornecemos, aqui, uma explicação simplificada do modelo, pois nosso objetivo não é discutir a proposta gerativa. Queremos apenas apresentar a arquitetura para fins expositivos, comparando GGT e HSS, a fim de salientar para o leitor as diferenças mais relevantes entre as duas abordagens.

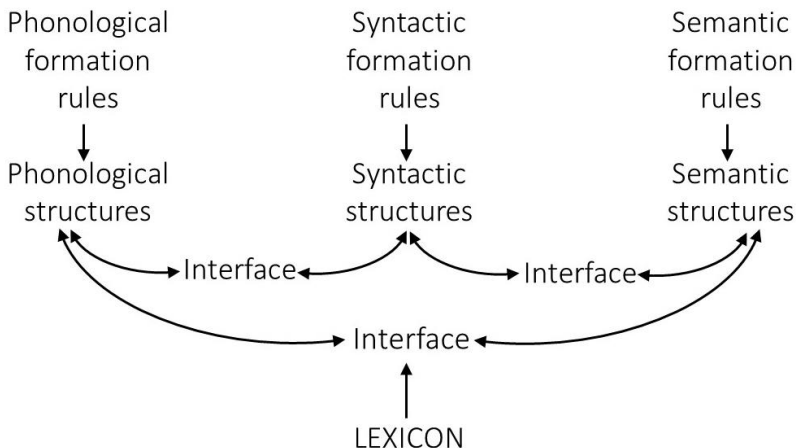


Diagrama 2: A arquitetura em paralelo (CULICOVER e JACKENDOFF, 2005, p. 18)

A estrutura não é transformacional, mas baseada em restrições que determinam a geração dos três componentes em paralelo e a forma como tais componentes se relacionam uns com os outros, dando origem aos níveis de interface.

Portanto, uma sentença é bem formada se forem licenciadas todas as partes da estrutura de base e todas as conexões entre os constituintes de base pelas restrições de interface. Segundo os autores, a fonologia é ordenada linearmente nas redes de palavras e a semântica obedece a uma estrutura hierárquica de significados; cabe à sintaxe realizar a mediação entre esses dois eixos.

Já no que concerne às diferenças técnicas, uma delas diz respeito ao Princípio da Economia, ou Navalha de Occam. Segundo esse princípio, em ciência, “não se deve multiplicar entidades além do necessário”, ou seja, não se deve agregar hipóteses desnecessárias a uma teoria. Partindo dessa visão, tanto melhor será uma teoria quanto mais simples ela for, no sentido de agregar menos hipóteses. Entretanto, como argumentam os autores, na tentativa de seguir a Navalha de Occam, surgem os problemas: que entidades não devem ser multiplicadas? O que conta como simples? Cada teoria terá sua interpretação do que seja simplicidade, o que leva a diferentes caminhos. A gramática gerativa opta, tradicionalmente, pela economia das regras de formação: são propostas poucas regras capazes

de gerar qualquer estrutura.<sup>15</sup> Entretanto, a crítica feita por Culicover e Jackendoff (2005) é a de que mesmo que os princípios sintáticos postulados (as regras) sejam simples, as efetivas estruturas sintáticas às quais eles são atribuídos acabaram se tornando demasiadamente complexas e abstratas, devido ao grande número de níveis de projeção, de movimentos e de apagamentos.

Esta é a diferença concernente ao que é considerado economia teórica para a HSS e para a GGT: esta opta pela simplificação das regras de formação, o que acaba acarretando em estruturas em si mesmas mais complexas; aquela, por outro lado, propõe uma grande simplificação da estrutura gerada, o que leva necessariamente à postulação de regras de formação mais refinadas. Culicover e Jackendoff (2005) acreditam que seja mais eficiente seguir a Navalha de Occam na proposição das estruturas, enquanto a linguística gerativa busca a economia das regras de formação.

A Sintaxe mais Simples propõe-se, portanto, uma teoria que busca simplificar significativamente as representações sintáticas, o que resulta na retirada de muitos níveis de subjacência e na rejeição do componente transformacional. Não há mais obrigatoriedade de ramificação binária, como postulado pela GGT; são propostas ramificações n-árias, as quais variam de acordo com a sentença gerada. A argumentação que alicerça tal proposta parte da ideia de que não há justificativas suficientes para sustentar a necessidade da postulação de ramificação exclusivamente binária para a geração de sentenças nas línguas naturais. De acordo com Culicover e Jackendoff (2005), a GGT tomaria essa regra de formação como pressuposto, enquanto direciona suas análises a outras questões. Entretanto, como enfatizam os autores, se esse pressuposto encaminha a teoria a estabelecer uma maior complexificação da estrutura, ele deve ser analisado com mais cuidado:

[...] in the context of current minimalist perspectives, it seems clear that any set of assumptions that entails more structure than is required on empirical grounds should be subjected to closer scrutiny. On our own view, the minimalist approach should be carried out unselectively, attending to the empirical requirements and not trying to hold onto earlier theoretical positions that

---

<sup>15</sup> A simplificação das regras de formação atinge seu ápice no Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995), em que todas as operações são subsumidas em uma única: *merge*.

themselves have only limited empirical motivation.  
(CULICOVER e JACKENDOFF, 2005, p. 116)<sup>16</sup>

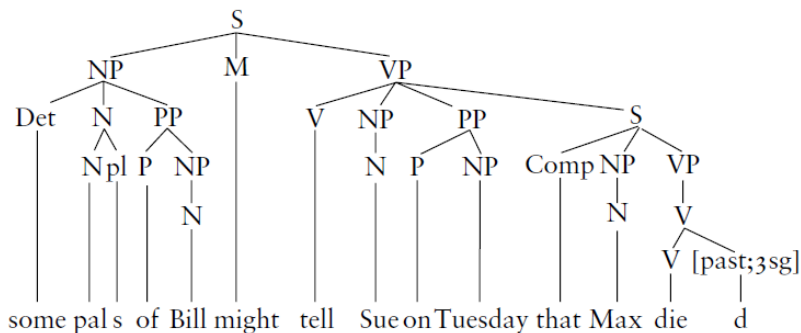
A defesa em favor da ramificação n-ária já é feita por Chomsky (1965, p. 196-197), quando afirma que a hipótese mais básica seria a de *multiple branching*, conferindo o ônus da prova àqueles que propuserem algum tipo de estrutura adicional – e a prova parece nunca ter sido dada em trabalhos posteriores de Chomsky ou de outros linguistas do círculo gerativo. De fato, Culicover e Jackendoff (2005) argumentam que não há evidências empíricas que requeiram a necessidade da ramificação binária; o que há, segundo os autores, são dados *compatíveis* com esse tipo de estrutura, mas que não a *demandam*.

Em (2), abaixo, temos um exemplo de representação sintática em ramificação múltipla proposta por Culicover e Jackendoff (2005, p. 110). Os autores a denominam de estrutura *flat*, pois ela não apresenta hierarquia, por exemplo, no NP, entre o determinante e os outros complementos ou adjuntos e apresenta uma ramificação mais simples para a sentença S encaixada, sem CP ou IP. Além disso, como a teoria não prevê movimento de constituintes, a representação se dá na ordem da linearidade, ou seja, na mesma ordem em que os itens são pronunciados, simplificando a interface com a fonologia – ainda que isso acarrete, por outro lado, um refinamento das regras de correspondência entre a sintaxe e a semântica (cf. Jackendoff (2002, p. 14-15)).

---

<sup>16</sup> “[...] no contexto das atuais perspectivas minimalistas, parece claro que qualquer conjunto de suposições que acarrete estruturas para além daquelas que são requeridas por considerações empíricas deve se submeter a um exame mais rigoroso. Na nossa visão, a abordagem minimalista deve ser conduzida de um modo não seletivo, atendendo às exigências empíricas, e não tentando se aferrar a posições teóricas anteriores que, em si mesmas, dispõem apenas de uma motivação empírica limitada.”

(2) Some pals of Bill might tell Sue on Tuesday that Max died.



Como podemos observar, a sentença complexa *Some pals of Bill might tell Sue on Tuesday that Max died* recebe uma representação muito mais simples do que a obtida através de P&P, que projetaria a sentença em algo como a estrutura abaixo<sup>17</sup>:

---

<sup>17</sup> Alguns autores adotam a hipótese de DP, propondo que constituintes nominais (NPs) fariam parte de uma projeção DP, que possui como núcleo o determinante; o nome seria uma ramificação de NP, que, por sua vez, estaria dominado por um DP. Entretanto, por acreditarmos que essa discussão não seja relevante neste momento, optamos por tratar os referidos sintagmas por NPs, para uniformizar a representação ao longo de nossa exposição.





Além de demandar um número muito maior de camadas, a estrutura gerada de acordo com P&P ainda apresenta outras complicações, como, por exemplo, dar conta de capturar a posição em que o adjunto *on Tuesday* é pronunciado, na linearidade.

Por trás do argumento a favor de estruturas n-árias parece estar, justamente, a escolha teórica pela simplificação da estrutura em detrimento de uma complexificação das regras de formação; a GGT, por sua vez, como vimos acima, aparenta optar pela simplificação das regras, conferindo à representação sintática um caráter mais complexo. A HSS propõe claramente uma simplificação da estrutura sintática, dividindo o peso na arquitetura em paralelo. Aceitando que estruturas fonológicas e semânticas são geradas concomitantemente e independentemente às sintáticas, é possível reduzir a complexidade estrutural, tendo em vista o postulado da não-obrigatoriedade de regras de correspondência uniformes entre os níveis linguísticos.

Vejamos como Culicover e Jackendoff (2005, p. 6) definem a Uniformidade de Interface:

#### (4) Uniformidade de interface

A interface sintaxe-semântica é simples ao máximo, de modo que o significado é mapeado de modo transparente na estrutura sintática; e é uniforme ao máximo, de forma que o mesmo significado é sempre mapeado com a mesma estrutura sintática.

Os autores defendem que não há obrigatoriedade de uniformidade entre forma e sentido, posicionando-se contrariamente à premissa que estaria por trás da necessidade da GGT de dar conta de todos os fenômenos essenciais da língua na sintaxe: se semântica e fonologia são geradas a partir da sintaxe – a saber, a partir das estruturas de interface LF e PF, respectivamente – então tudo o que estiver nesses níveis precisa conter uma representação subjacente.

A HSS defende que a sintaxe deve constituir-se como a estrutura mínima necessária para realizar a mediação entre fonologia e semântica. Logo, o pressuposto inicial é de que a estrutura só deve projetar aquilo que for empiricamente atestado, ou seja, a sintaxe não é formulada tendo em vista exclusivamente o mapeamento com a semântica; a interface com a semântica e com a fonologia não é transparente.

A GGT tradicionalmente defende uma posição inversa, assumindo o mapeamento transparente como a hipótese nula, proposta especialmente evidente no Projeto Cartográfico<sup>18</sup>:

Conceptually, a transparent mapping surely is the null hypothesis, any deviation from which would require clear supporting evidence. Empirically, the transparent view is supported by much overt morphological evidence found across languages. [...] The cartographic studies can be seen as an attempt to “syntacticize” as much as possible the interpretive domains, tracing back interpretive algorithms for such properties as argument structure [...], scope, and informational structure [...] to the familiar ingredients uncovered and refined in half a century of formal syntax. (CINQUE e RIZZI, 2008, p. 52)<sup>19</sup>

Moura (2015), que defende o funcionalismo não-transparente, partindo das ideias de Culicover e Jackendoff (2005), além de outros autores, chega a conclusões mais gerais acerca da natureza da linguagem. Segundo o autor, ao deixarmos de lado o Princípio da Uniformidade, estamos aceitando que a linguagem não é transparente, ou seja, que não consiste em um organismo perfeito para expressar o significado. Ao contrário, ela apresenta redundâncias e sinonímias, é imperfeita, pois se constitui enquanto resultado da adaptação evolutiva da espécie humana. Ainda assim, a língua cumpriria seu papel como um sistema suficientemente eficiente para nossa comunicação.

---

<sup>18</sup> De acordo com Quarezemin (2009, p. 18), “O ‘Projeto Cartográfico’ investiga a estrutura hierárquica dos constituintes sintáticos de forma detalhada e sistemática, identificando representações complexas com posições dedicadas a diferentes interpretações [...] Como o próprio nome já diz, a cartografia visa à elaboração de “mapas” das estruturas sintáticas das línguas.”

<sup>19</sup> “Conceitualmente, um mapeamento transparente é certamente a hipótese nula, perante a qual qualquer desvio requereria o apoio em evidências claras. Empiricamente, a visão da transparência é respaldada por muitas evidências morfológicas explícitas encontradas em várias línguas. [...] Os estudos cartográficos podem ser vistos como tentativas de “sintatizar” o máximo possível dos domínios interpretativos, relacionando os algoritmos interpretativos de propriedades como estrutura argumental [...], escopo e estrutura informacional [...] aos ingredientes familiares descobertos e refinados ao longo de meio século pela sintaxe formal.”

## 1.2 REFERÊNCIA, PREDICAÇÃO E SUBPREDICAÇÃO

Partindo da proposta feita por Culicover e Jackendoff (2005) na *Sintaxe mais Simples*, buscaremos evidenciar a não-uniformidade na língua a partir da análise de um fenômeno específico: a subpredicação semântica e suas possíveis representações sintáticas. Para tanto, precisamos conceituar *predicação*, opondo-a a *referência*, a fim de alcançarmos a delimitação de nosso objeto: a subpredicação.

Frege (2009)<sup>20</sup> aplica a clássica distinção entre sentido e referência<sup>21</sup> a todas as partes de uma sentença – aos argumentos (que Frege chama de nomes próprios<sup>22</sup>), aos predicados e à própria sentença:

(5) [Joana] [é professora de semântica]

Em (5), temos sintaticamente o predicado de um lugar *é professora de semântica* que está sendo preenchido pelo argumento *Joana*. Todas as partes da sentença, no nível da proposição, possuem uma referência: o argumento *Joana* se refere a um objeto no mundo, o predicado *ser professora de semântica* se refere a um conceito e a sentença completa se refere a um valor de verdade. Os objetos são elementos completos, enquanto os conceitos são entidades insaturadas que precisam ser preenchidas por argumentos para se tornarem completas.

A diferença entre argumento e predicado para Frege (2009), portanto, é quanto ao tipo de entidade a que cada um deles se refere. Já para Searle (1969), se trata de uma diferença de função: a função do argumento é se referir a um objeto, enquanto a do predicado é atribuir uma propriedade, i. e., levantar a questão da verdade de uma propriedade a respeito de um objeto previamente identificado. Portanto, na visão deste autor, referência se aplica somente a argumentos, não a predicados.

---

<sup>20</sup> Os artigos de Frege citados neste trabalho foram originalmente publicados em 1892 com os títulos *Über Begriff und Gegenstand* (*Sobre o conceito e o objeto*) e *Über Sinn und Bedeutung* (*Sobre o sentido e a referência*), compilados em 1978 pela editora Cultrix e reeditados em 2009 pela Edusp.

<sup>21</sup> Não nos interessa tanto, para os objetivos desta dissertação, a distinção entre sentido e referência, mas entre referência e predicação; por isso, não nos estenderemos na discussão acerca do que Frege (2009) chama de sentido.

<sup>22</sup> Frege (2009) chama de nomes próprios todas as expressões referenciais, como as descrições definidas, os dêiticos e os nomes próprios no sentido usual.

### 1.2.1 Referência

Tanto Frege (2009, p. 131) quanto Searle (1969) consideram que, para fazermos referência a um objeto, precisamos ter alguma informação sobre ele; o acesso à referência não se dá de maneira direta, ele é necessariamente mediado pelo “modo de apresentação do objeto”, aquilo que Frege chama de *sentido* e Searle, de *princípio da identificação*.

De acordo com Searle (1969), para fazer referência a um objeto, o falante precisa ser capaz de identificá-lo, diferenciando-o de qualquer outro objeto no mundo. Para tanto, é necessário que ocorra pelo menos uma das situações abaixo:

(i) a expressão proferida deve conter predicados verdadeiros para somente um objeto;

(ii) a expressão proferida juntamente com o contexto deve apontar indexalmente para apenas um objeto;

(iii) a expressão proferida deve fornecer ao mesmo tempo descrições e indicadores indexicais que identifiquem apenas um objeto.

Portanto, a referência se dá por meio de descrições definidas ou nomes próprios (*João, o professor de semântica, o homem*), dêiticos (*aquilo ali*) ou expressões que são, ao mesmo tempo, descritivas e dêiticas (*aquela cara com quem nós conversamos ontem*). A esses três tipos de expressões utilizadas para fazer referência, Searle (1969) dá o nome de *descrições identificadoras*. Segundo o autor, é condição necessária para o ato de fazer referência que ou a expressão utilizada seja uma descrição identificadora ou o falante seja capaz de fornecer uma descrição identificadora caso solicitado.

As descrições identificadoras fornecem características do objeto referido; portanto, são descrições do objeto. Entretanto, tendo como objetivo o sucesso no ato de referência, elas servem antes para identificar do que para descrever, pois o que importa é a diferenciação de um objeto diante dos outros. Logo, nem todas as descrições identificadoras serão igualmente úteis para a identificação de um objeto: as mais úteis serão aquelas mais precisas, que forneçam características menos genéricas e mais salientes.

Searle (1969, p. 90) dá os seguintes exemplos:

(6) “*O senador de Montana deseja se tornar presidente.*”

(7) “*O único homem em Montana com 8432 fios de cabelo deseja se tornar presidente.*”

Mesmo que a segunda sentença seja uma descrição melhor e mais precisa, seguindo todos os requisitos formais, ela falha em identificar um objeto no mundo, pois a quantidade de fios de cabelo de uma pessoa não é uma informação compartilhada pelos falantes. A primeira sentença, ainda que ambígua quanto ao objeto denotado, tendo em vista que há mais de um senador de Montana, é mais eficaz no ato de fazer referência, pois fornece uma descrição mais saliente para o ouvinte. Portanto, a primeira sentença consegue realizar um ato de referência mais bem sucedido do que a segunda.<sup>23</sup>

Para Frege (2009), uma expressão identificadora (ou um nome próprio, para usar a terminologia do autor) deve fornecer uma descrição do objeto, sendo capaz de retomar um referente. Para Searle (1969), entretanto, como vimos acima, uma expressão pode satisfazer todos os requisitos formais de identificação e ainda assim não realizar um ato de referência plenamente consumado. De acordo com o autor, são consideradas também questões pragmáticas e conversacionais, importando a saliência da descrição e o conhecimento de mundo dos falantes.

Segundo Frege (2009), o sentido determina a referência; de acordo com Searle (1969), para fazer referência é necessário que haja identificação (itens i, ii e iii acima). Já para Jackendoff (1983; 2002), a referência – entendida pelo autor como uma projeção mental – ocorre por meio da conceptualização, ou seja, uma representação na estrutura conceitual que contém informações sobre o objeto. Os três autores concordam que a relação entre as expressões linguísticas e o mundo (no caso de Jackendoff, o mundo projetado) não é direta.

## 1.2.2 Predicação

Como referido no início desta seção, Frege (2009) afirma que tanto o argumento quanto o predicado possuem sentido e referência, enquanto

---

<sup>23</sup> Segundo Searle (1969), para fazer referência, o falante deve utilizar uma expressão que identifique um e somente um indivíduo no mundo ou o falante deve ser capaz de fornecer uma descrição identificadora, caso solicitado. Entretanto, no exemplo acima, tomando como pressuposto que o falante sabe exatamente a qual pessoa ele se refere, será capaz de fornecer uma expressão identificadora tanto ao enunciar a sentença 6, como ao enunciar a sentença 7. Portanto, se seguirmos a formulação de Searle, chegaremos à conclusão de que as duas expressões identificadoras são igualmente eficazes no ato de fazer referência.

Searle (1969) defende que apenas o argumento possui referência, enquanto o predicado é utilizado para atribuir uma propriedade.

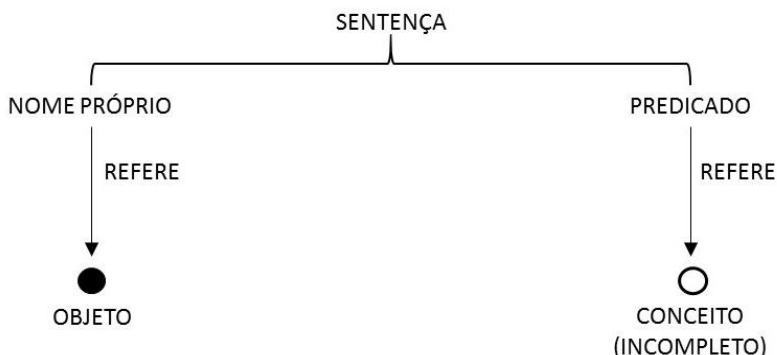


Diagrama 3: A concepção fregeana de referência (SEARLE, 1969, p. 114)

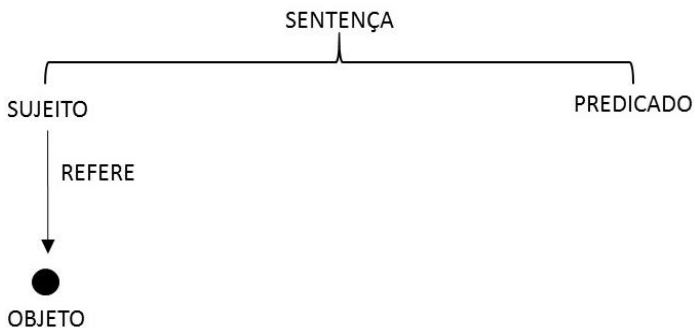


Diagrama 4: A concepção de referência de Searle (1969, p. 118, adaptado)

No diagrama 3, Searle (1969) apresenta a concepção fregeana de referência, mostrando que a sentença é dividida em nome próprio – o termo que faz referência a um objeto – e predicado – o termo que faz referência a um conceito. O autor contrapõe essa teoria à maneira como ele acredita que deveria ser formulada a descrição das partes da sentença, ilustrando que apenas o sujeito (lugar do argumento, ocupado pelas expressões referenciais) faz referência.

Realizar uma predicação, portanto, para Frege (2009), é preencher um conceito com um objeto; para Searle (1969), é levantar a questão sobre

a verdade de uma propriedade a respeito de um sujeito. *Levantar a questão* é uma descrição mais neutra com relação a outros atos ilocucionários, se comparada a *atribuir um conceito*, pois a atribuição de um conceito é feita por asserções, enquanto o ato de levantar a questão pode ser feito através de outros atos ilocucionários, como perguntas, interjeições etc. Searle (1969) afirma que ao proferirmos *João é inteligente, João é inteligente?* ou *João, seja inteligente!*, por exemplo, o falante levanta a questão sobre a verdade da inteligência de João. A predicação, pois, não é um ato de fala que ocorre sozinho; ele acontece sempre como parte de outro ato ilocucionário.

Para um falante predicar sobre um objeto, ele precisa antes fazer referência satisfatória àquele objeto; nesse sentido, a predicação depende da referência – embora ela não seja, como propunha Frege (2009), um tipo de referência. Searle (1969), afirma também, no entanto, que a referência depende ainda mais intimamente da predicação. Segundo o *princípio da identificação* (ou *sentido*, para utilizar o termo fregeano), é preciso ter informações de natureza predicativa sobre o objeto para poder fazer referência a ele – a referência é identificação via predicação.

Para Frege (2009), a referência de uma sentença completa (sujeito + predicado) é o valor de verdade (o verdadeiro ou o falso). Searle (1969) e Jackendoff (1983; 2002) – assim como outros autores que seguem teorias de viés mais mentalista – são contrários a essa visão. Para Searle (1969), os argumentos das sentenças efetivamente se referem a objetos no mundo (o sentido é mental, mas a referência é relativa ao mundo físico), mas a função da sentença não é fazer referência, e sim realizar um ato ilocucionário. Já de acordo com Jackendoff (1983; 2002), fazemos referência ao mundo projetado (entidade mental), cuja constituição se dá por meio da conceptualização do mundo físico (estrutura conceptual – equivalente ao *sentido*). Assim como Searle (1969), Jackendoff (1983) considera que os predicados (ou *types*, na nomenclatura do autor) não fazem referência, ou seja, não são projetáveis.

### 1.2.3 Delimitando o objeto: a subpredicação

O que estamos chamando aqui de subpredicação pode ser entendido como uma predicação interna a outra predicação. Começemos com os seguintes exemplos:

- (8) Maria canta.
- (9) Maria leu o livro.



Na sentença (8), há um predicado com apenas um espaço vazio, o verbo inergativo *cantar*, sendo preenchido pelo argumento *Maria*. Na sentença (9), podemos considerar que há um predicado de um lugar, *ler o livro*, sendo preenchido pelo argumento *Maria*, ou podemos decompô-lo em unidades menores e afirmar que há um predicado de dois lugares, *ler*, com os espaços argumentais sendo ocupados por *Maria* e *o livro*.

(10) a. *Maria* colocou o livro na estante.

(11) a. A juíza julgou Pedro culpado.

As sentenças (10) e (11), da mesma forma, podem ser entendidas como predicados de um lugar:

(10) b. *x* colocar o livro na estante

(11) b. *x* julgar Pedro culpado

Em (10b) e em (11b) temos uma predicação principal, em que *x* é ocupado pelos argumentos *Maria* e *a juíza*, respectivamente. Podemos decompor o predicado em unidades mínimas e obter uma estrutura diferente:

(10) c. *x* colocar *y* em *z*

(11) c. *x* julgar *y* *z*

Os predicados, agora, são aparentemente trivalentes: em (10c), o predicado é *x* colocar *y* em *z*, onde *x* = *Maria*; *y* = o livro; *z* = estante. Em (11c), o predicado é *x* julgar *y* *z*, onde *x* = a juíza; *y* = Pedro; *z* = culpado. Definiremos aqui que, nas duas estruturas, *x* é o argumento externo à predicação principal e *y* e *z* são argumentos internos a ela. A diferença entre as duas estruturas está no fato de a segunda conter uma outra predicação, interna à principal, ou seja, em (11), *x julgar Pedro culpado* é a predicação principal e *Pedro culpado* é a predicação interna, ou **subpredicação**. Nesses casos, *y* e *z* (definidos acima como argumentos internos) são, na verdade, partes de um único constituinte semântico. Temos, portanto, a estrutura *x julgar s*.

Na predicação principal, seguindo a terminologia de Searle (1969), o predicado *julgar Pedro culpado* atribui à juíza a propriedade de julgar Pedro culpado; na subpredicação, o predicado *culpado* atribui a Pedro a propriedade de ser culpado. Portanto, temos uma subpredicação quando internamente a uma predicação temos a atribuição de uma propriedade a um objeto.

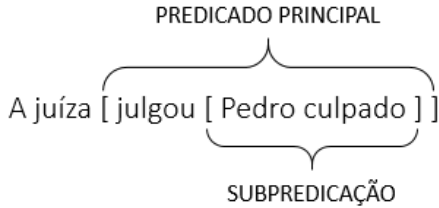


Diagrama 5: Predicado principal e subpredicação.

Somente uma relação predicativa pode ser expressa por uma sentença, pois as sentenças exprimem semanticamente proposições completas. Isso significa que uma relação semântica não-predicativa não pode ser expressa por uma sentença. Portanto, se conseguirmos parafrasear a sentença trivalente substituindo os dois argumentos internos à predicação principal (*y* e *z*, reformulados como *s*) por uma sentença encaixada, isso indica que temos uma subpredicação. Caso a paráfrase não seja aceitável, isso indica que os dois argumentos internos não formam uma outra predicação.

(10) d. \**Maria colocou que o livro está na estante / o livro quando ele está na estante.*

(11) d. *A juíza julgou que Pedro é culpado.*

Quando tentamos parafrasear *Maria colocou o livro na estante* em (10d), a sentença resultante é agramatical, pois a relação entre *o livro* e *na estante* não é predicativa. Já em (11d) o teste funciona, indicando a formação de uma subpredicação em *Pedro culpado*.

Temos, portanto:

(12) a. *Maria viu João correndo.*

(12) b. *Maria viu João quando ele estava correndo.*

(13) a. *Maria imaginou João ao seu lado.*

(13) b. *Maria imaginou que João estava ao seu lado.*

(14) a. *Maria considera João confiável.*

(14) b. *Maria considera que João é confiável.*

(15) a. *Maria encontrou João alegre.*

- (15) b. Maria encontrou João *quando ele estava alegre*.<sup>24</sup>
- (16) a. Maria quer João de roupa nova.<sup>25</sup>  
 (16) b. Maria quer *que João esteja de roupa nova*.
- (17) a. Maria ouviu João cantando.  
 (17) b. Maria ouviu *que João estava cantando*.
- (18) a. Maria declarou aberta a sessão.  
 (18) b. Maria declarou *que a sessão está aberta*.
- (19) a. Maria esperava um dia mais ensolarado.  
 (19) b. Maria esperava *que o dia estivesse mais ensolarado*.
- (20) a. Maria sentiu João tocando seu braço.  
 (20) b. Maria sentiu *que João estava tocando no seu braço*.
- (21) a. Maria visualizou a casa reformada.  
 (21) b. Maria visualizou *que a casa estava reformada*.

Mas não:

- (22) a. Maria emprestou o carro a João.  
 (22) b. \*Maria emprestou *que o carro é João / quando o carro estava com João*
- (23) a. Maria doou o livro para a biblioteca.  
 (23) b. \*Maria doou *que o livro é da biblioteca / quando o livro estava da biblioteca*

---

<sup>24</sup> O verbo *encontrar* ocorrendo com subpredicação é projetado sintaticamente, em X-barra (GGT), como uma *small clause* adjunto, não complemento, como os exemplos anteriores. Entretanto, para a Sintaxe mais Simples, não há diferença entre a projeção sintática de argumentos e de adjuntos, pois essa distinção é gerada no nível semântico. Voltaremos a essa questão no capítulo 4. O que estamos analisando, entretanto, é um fenômeno delimitado semanticamente, não sintaticamente.

<sup>25</sup> Algumas dessas sentenças podem também apresentar uma leitura não-predicativa, apenas referencial, como (15) e (16), por exemplo. Nesses casos, [João alegre] e [João de roupa nova] seriam NPs. Entretanto, essas acepções não fazem parte do nosso objeto de análise.

Os exemplos acima mostram que os verbos das sentenças (11) a (21) podem selecionar semanticamente uma subpredicação, o que não ocorre com os verbos dos exemplos (10), (22) e (23).<sup>26</sup>

A definição que propusemos de subpredicação parece ser aplicável também a verbos como *eleger*, *proclamar*, *nomear* e *pensar*, pois eles aparentam possuir uma predicação interna a outra:

(24) a. O Brasil elegeu Dilma presidente.

Em (24), temos a predicação principal, *eleger Dilma presidente*, e uma outra atribuição de um predicado a um objeto, uma subpredicação, *Dilma presidente*. Entretanto, esses verbos não passam no teste da maneira como ele foi aplicado aos exemplos anteriores:

(24) b. ? O Brasil elegeu *que Dilma é presidente*.

(25) a. O Reino Unido proclamou Elizabeth rainha.

(25) b. ? O Reino Unido proclamou *que Elizabeth é rainha*.

(26) a. Obama nomeou Hillary Secretária de Estado.

(26) b. ? Obama nomeou *que Hillary é Secretária de Estado*.

(27) a. O candidato pensava em uma cidade mais sustentável.

(27) b. ? O candidato pensava *que a cidade era mais sustentável*.

Em (24b, 25b, 26b e 27b) a sentença resultante é um pouco estranha. No caso das paráfrases com os verbos *proclamar* e *pensar*, a sentença resultante traduz outro significado: *proclamar que Elizabeth é rainha* possui a acepção assertiva e não declarativa de *proclamar*, nos termos de Searle (1979)<sup>27</sup>. *Proclamar Elizabeth rainha* é uma declaração, pois cria um novo estado de coisas no mundo; já *Proclamar que Elizabeth é rainha* é uma asserção, pois apenas descreve um estado de coisas existentes anteriormente ao ato de fala. Algo semelhante acontece com o

---

<sup>26</sup> Um resultado bem sucedido decorrente da aplicação do teste não depende de as sentenças resultantes da paráfrase (através de sentenças encaixadas) serem sinônimos perfeitos das sentenças originais. Veja que nos exemplos em que o teste não funciona, com os verbos *colocar*, *emprestar* e *doar*, não conseguimos sequer elaborar uma paráfrase sentencial meramente aceitável.

<sup>27</sup> O que Searle (1979) chama de *declaração* é semelhante ao que Austin (1962) denominou *ato de fala performativo*.

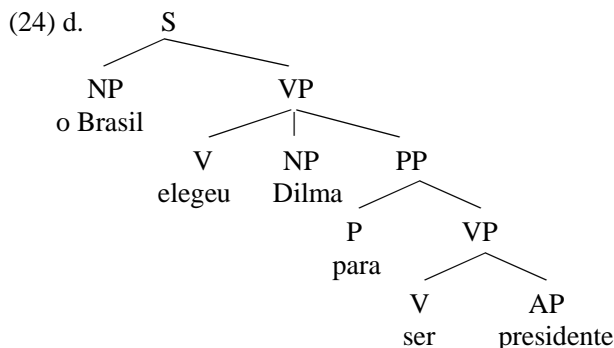
exemplo (27): (27a) tem uma leitura imaginativa, e (27b) não. Na primeira, o verbo *pensar* apresenta a ideia de algo que foi imaginado pelo sujeito, como a projeção de uma possibilidade futura; já na segunda, a interpretação traduz uma espécie de quebra de expectativa: o candidato *supunha* algo que se mostrou falso na realidade.<sup>28</sup>

Nas sentenças com os verbos *nomear* e *eleger*, as paráfrases resultantes são sintaticamente anômalas. Mas veja que poderíamos manipular essas sentenças de forma a preservar a aceitabilidade se substituíssemos a sequência testada por uma construção com verbo no infinitivo:

(24) c. O Brasil *elegeu Dilma para ser presidente.*

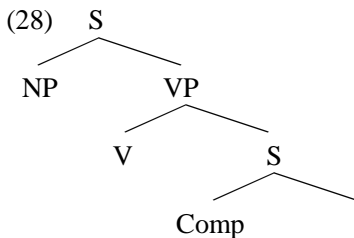
(26) c. Obama *nomeou Hillary para ser Secretária de Estado.*

Entretanto, essa paráfrase não garante uma relação predicativa, pois não é uma sentença (não possui núcleo de flexão temporal):



O teste por nós sugerido é o de paráfrase por sentença encaixada, pois essa é a forma de assegurar a categoria semântica da sequência testada. A paráfrase, portanto, deve ter a seguinte estrutura (onde o S dominado por VP é uma sentença encaixada e Comp é a posição do complementizador):

<sup>28</sup> Sobre verbos com interpretação imaginativa, cf. Rodrigues (2004).



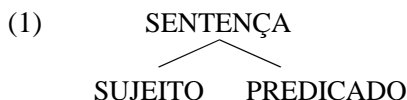
As sentenças resultantes em (24b, 25b, 26b, 27b), ainda que não traduzam o mesmo sentido da sentença original ou que sejam sintaticamente anômalas, funcionam como testes para a verificação da existência de uma relação predicativa, pois, ao contrário dos exemplos (10), (22) e (23), nenhuma dessas sentenças é patentemente agramatical. Por essa razão, trataremos, no capítulo 4, os verbos *eleger*, *nomear*, *proclamar* e *pensar*, juntamente com os citados nas sentenças de (11) a (21), como selecionadores de subpredicação.

## 2 A PROPOSTA GERATIVISTA DE REPRESENTAÇÃO SINTÁTICA PARA A SUBPREDICAÇÃO: AS SCS

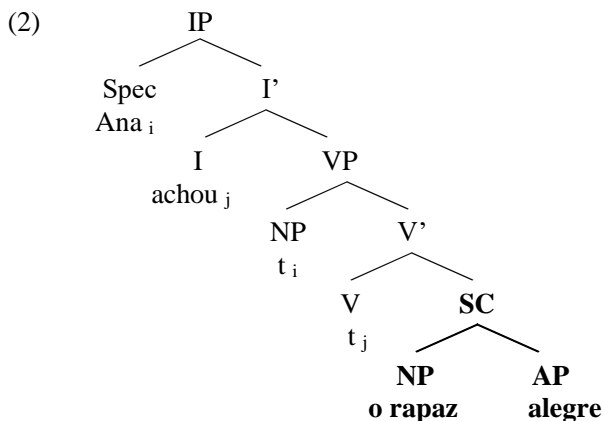
### 2.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

A tradição gerativa, seguindo o Princípio da Uniformidade (como vimos na seção 1.1), adota uma única representação sintática para todos os casos de subpredicação semântica: a *small clause*. Os estudos acerca dessa estrutura sintática iniciam em Williams (1975; 1983), mas, dentro do quadro gerativista, seguem, em linhas gerais, a proposta de Chomsky (1981) e de Stowell (1983): a subpredicação é projetada sintaticamente de maneira uniforme, formando sempre um sintagma completo.

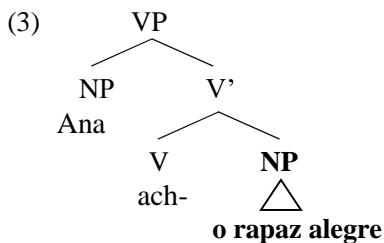
Segundo a proposta de Stowell (1983), as chamadas *small clauses* são estruturas sintáticas uniformes, que se projetam sempre da seguinte forma:



Elas expressam, pois, uma relação de predicação entre um nome e um predicado não-verbal (sem flexão). Em uma sentença como *Ana achou o rapaz alegre*, temos *o rapaz* figurando como sujeito da SC e *alegre*, como predicado:

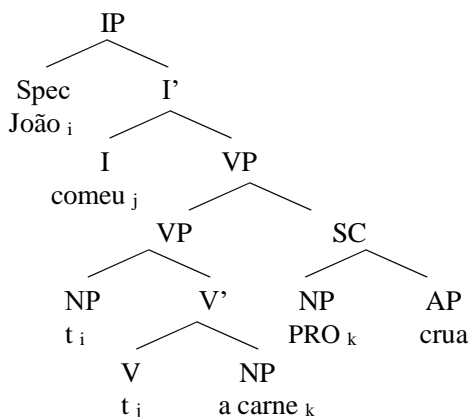


A representação acima toma *achar* como sinônimo de *considerar*, o que exprime uma relação predicativa e forma, segundo essa corrente, uma *small clause*. Entretanto, veja que esse verbo pode também ter uma leitura não predicativa, mas referencial e, portanto, não ser projetado como uma SC: [o rapaz alegre] seria projetado apenas como um NP:



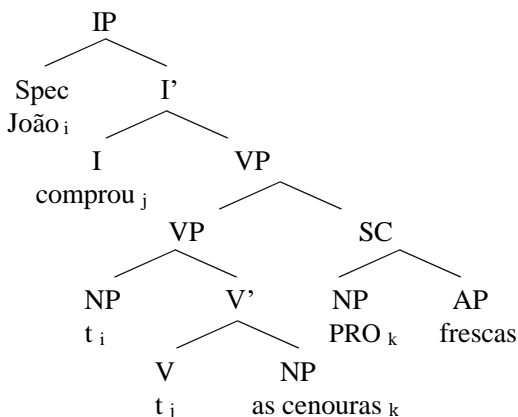
Como lembram Mioto e Foltran (2007, p. 15), as SCs podem fazer uma espécie de abreviação de sentenças circunstanciais, como em (4), ou de descritivas, como em (5):

- (4) a. João comeu a carne crua.  
 b. João comeu a carne *enquanto estava crua*.





- (5) a. João comprou as cenouras frescas.  
 b. João comprou as cenouras, *que estavam frescas*.



Essa estrutura, segundo os autores, pode ocorrer em duas funções gramaticais diferentes: (i) complemento de VP, como em (2), em que a SC aparece como argumento interno do verbo *achar*, ou (ii) adjunto de VP, como em (4) e (5), expressando relações circunstanciais ou descritivas do verbo, por exemplo.

## 2.2 ESTRUTURA INTERNA

Como vimos, as SCs são estruturas formadas por uma relação entre sujeito e predicado. Para Mioto e Foltran (2007), na posição *sujeito*, podem figurar DPs (NPs), InfPs e CPs; na posição *predicado*, APs, DPs (NPs), PPs e VPs (que podem ser infinitivos, gerúndios ou participípios – mas não IPs). Nos exemplos anteriores, vimos SCs que selecionam um NP como sujeito e um AP como predicado.

Contreras (1995) reagrupa as SCs de acordo com o tipo de predicado, dividindo-as em dois grandes grupos: [+V] e [-V]. No primeiro grupo estão as que apresentam predicados adjetivais (APs) ou verbais (VPs); no segundo, as que projetam predicados nominais (NPs)<sup>29</sup> ou

<sup>29</sup> Segundo Cardinaletti e Guasti (1995), os predicados nominais sempre veiculam propriedades do tipo *individual-level*, ou seja, propriedades inerentes ou predicados de indivíduos, como *alto*, *inteligente* etc. Para maior discussão acerca da distinção entre adjetivos *individual level* e *stage level* nas *small clauses*, cf. Raposo e Uriagereka (1995), Foltran (1999) e Mioto e Foltran (2007).

preposicionais (PPs). Teríamos, portanto, (6a,b) como representantes do grupo [+V] e (6c,d), do grupo [-V].

- (6) a. Maria quer [SC [NP Ana] [AP feliz]].
- b. Maria viu [SC [NP Carlos] [VP correndo]].
- c. Maria considera [SC [NP João] [NP seu melhor amigo]].
- d. Maria<sub>i</sub> parece [SC [NP PRO<sub>i</sub>] [PP de gelo]].

Nos primeiros estudos acerca do fenômeno (STOWELL, 1983), foi postulado que a principal distinção entre *small clauses* e *full clauses* seria o fato de as primeiras não projetarem categorias funcionais, apenas lexicais. As SCs, portanto, não apresentariam núcleo flexional I, o que as tornaria dependentes de sentenças plenas, podendo ocorrer somente em contextos governados, em que a flexão temporal da sentença principal rege o tempo da SC. Por essa razão, os fragmentos abaixo não seriam gerados na gramática do adulto<sup>30</sup>:

- (7) a. \*[SC [NP Ana] [AP feliz]].
- b. \*[SC [NP Carlos] [VP correndo]].
- c. \*[SC [NP João] [NP seu melhor amigo]].
- d. \*[SC [NP Maria] [PP de gelo]].

Entretanto, diversos trabalhos posteriores (CHOMSKY, 1989; RAPOSO E URIAGEREKA, 1990; CINQUE, 1991; CARDINALETTI E GUASTI, 1992; HAEGEMAN, 1994, dentre outros) argumentam a favor da existência de projeções funcionais dentro da SC. A posição desses autores ancora-se em dados de línguas como o português, o francês e o italiano, que realizam a concordância de gênero e número entre o nome e o adjetivo, como os exemplos em (8) abaixo:

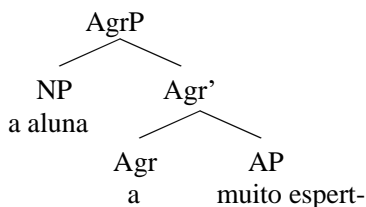
---

<sup>30</sup> Essas sequências são tratadas por Stowell (1983) e outros autores como fragmentos sentenciais, não gerados pela gramática do adulto. Entretanto, trabalhos posteriores (cf. Radford (1990) e Progovac (2015)) frisaram que, além de cumprirem um papel importante na gramática das crianças, tais estruturas – chamadas de “*small clauses* raiz” – podem ser geradas pela gramática do adulto em contextos conversacionais específicos.

- (8) a. Pedro considera o aluno muito esperto.  
 b. Pedro considera a aluna muito esperta [FEM].  
 c. Pedro considera os alunos muito espertos [PL].  
 d. Pedro considera as alunas muito espertas [FEM-PL].<sup>31</sup>

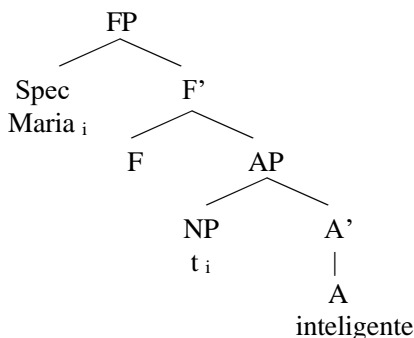
Ainda que a estrutura não comporte uma flexão de núcleo I, admitindo-se que não seja projetada como uma sentença plena, Haegeman (1994) e Cardinalletti e Guasti (1995) argumentam que a flexão morfológica número-pessoal – presente em casos como (9) – estaria projetada em um núcleo (funcional) de concordância Agr:

(8) b'



Guéron e Hoekstra (1995) argumentam que *small clauses* e *full clauses* se diferenciam pelo fato de a primeira não possuir núcleo I. Entretanto, afirmam que as SCs sempre possuem projeção Agr. Para Contreras (1995), o sujeito da SC do grupo [+V] c-comanda o predicado, movendo-se para uma posição mais alta, no especificador de uma projeção funcional, que o autor chama genericamente de F (funcional):

(9) Ele considera [Maria inteligente]



<sup>31</sup> Os exemplos em (8) são foram adaptados de Haegeman (1994, p. 125).

Entretanto, alguns trabalhos mais recentes (ROTHSTEIN, 1995; PROGOVAC, 2006; MIOTO, FIGUEIREDO SILVA e LOPES, 2007; MIOTO e FOLTRAN, 2007; GOMES e FOLTRAN, 2009; KATO e MIOTO, 2015, dentre outros) continuam defendendo a proposta inicial de Stowell (1983; 1995). Chomsky (1995, p. 325), já no programa minimalista, afirma que “For small clauses, we have something like the original assumptions of Stowell (1978) on which much of the work on the topic has been based [...]”<sup>32</sup>.

De acordo com Stowell (1995), o que diferencia as SCs das sentenças plenas é, basicamente, o fato de as primeiras não possuírem verbos auxiliares ou morfologia de tempo/aspecto – seus sujeitos apresentariam apenas concordância morfológica de gênero e número em algumas línguas, como o português. Por outro lado, a similaridade entre esses dois tipos de “sentença” seria a possibilidade que ambas têm de exprimir a mesma relação semântica de predicação. Então, embora as SCs continuem, para o autor, a se diferenciar das sentenças plenas por não projetarem núcleo I, ele considera que os dois tipos podem apresentar a mesma estrutura de representação, onde:

- (10) Sentença: IP  
 Sujeito: NP  
 Predicado: PredP, VP

Teríamos, portanto, a seguinte correlação:

Small clause	Full clause
SENTENÇA /        \ SUJEITO    PREDICADO	IP /        \ NP        PredP

De fato, a concordância número-pessoal ocorre em casos como (8), por exemplo. Entretanto, postular a existência de projeções funcionais dentro dessas estruturas configura mais um passo na direção da complexificação de um fenômeno que pode ser representado como sintaticamente mais simples, ainda que comporte um valor semântico

---

<sup>32</sup> “Para *small clauses*, nós temos algo como as suposições originais de Stowell (1978), sobre as quais boa parte do trabalho recente se baseou [...]”

completo, equivalente ao das sentenças plenas. Vejamos, então, de que maneira Culicover e Jackendoff (2005) se opõem a essa tradição.

### 2.3 UMA VISÃO CONTRÁRIA: O TRATAMENTO DA SUBPREDICAÇÃO NA SINTAXE MAIS SIMPLES

A subpredicação aparece como um objeto de estudo interessante dentro da teoria da Sintaxe mais Simples, pois é um fenômeno analisado, tradicionalmente e uniformemente, como uma SC sintática, na tentativa de se preservar a obrigatoriedade de isomorfia sintaxe–semântica.

Postular a existência de SCs dentro de uma teoria que acredita que o *core* da língua está na sintaxe traz complicações para o pesquisador. Se a estrutura deve ser sempre uniforme, quando se apresenta uma ocorrência que não se encaixa na representação padronizada e completa anteriormente postulada, faz-se necessária a criação de mais camadas de projeção na estrutura profunda, que posteriormente são movidas, transformadas e, por vezes, apagadas na estrutura de superfície (que corresponde à linearidade da sentença).

Se considerarmos, por exemplo, as propostas que defendem a projeção de um núcleo funcional Agr para as SCs, tendo em vista a concordância de gênero e número em línguas como o português, a representação deverá ser sempre uniforme, mesmo para as estruturas sem concordância; haverá, então, ramificações com categorias vazias, semelhantemente ao exemplo (12) abaixo:

(11) Ana quer [AGR [NP a amiga] [AGR' [ AGR –a] [AP animad-]]

(12) Ana quer [AGR [NP O colega] [AGR' [ AGR Ø] [AP contente]]

No modelo sintático proposto pela Sintaxe mais Simples, não há categorias vazias e as duas estruturas seriam, então, projetadas de forma um pouco diferente, pois não é gerado um núcleo de concordância se esse morfema não é pronunciado. Proporemos uma representação sintática para a subpredicação com base na teoria de Culicover e Jackendoff (2005) na seção de análise deste trabalho.

Esse fenômeno, se analisado sob a ótica da Sintaxe mais Simples, pode ser representado sintaticamente de duas maneiras distintas; segundo os autores, a análise de dados empíricos nos permite argumentar tanto contra, como a favor da projeção do sintagma SCs. Em alguns casos, o constituinte é formado e em outros não. Nestes, a projeção será *flat*, como vimos na seção 1.1.

Como a abordagem adotada neste trabalho não está comprometida com a obrigatoriedade de uniformidade, podemos propor que um mesmo fenômeno semântico – a subpredicação – se manifeste sintaticamente por meio de estruturas distintas. Alguns testes serão aplicados, pois, para verificar se os verbos analisados subcategorizam um sintagma SC ou, como denominam os autores, uma estrutura da forma NP-Pred.

### 3 A NOÇÃO DE SINTAGMA PARA A TEORIA X-BARRA E PARA A SINTAXE MAIS SIMPLES

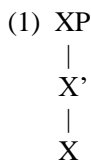
#### 3.1 O SINTAGMA

##### 3.1.1 O sintagma na Teoria X-barra

Segundo Miotto, Figueiredo Silva e Lopes (2007, p. 41),

Um constituinte é uma unidade sintática construída hierarquicamente, embora se apresente aos olhos como uma sequência de letras ou aos ouvidos como uma sequência de sons. [...] em vez de procurar estabelecer a extensão de um constituinte, a sintaxe procura delimitá-lo a partir de um núcleo. Como o núcleo determina certas funções, sabemos que o constituinte compreende, além do próprio núcleo, o conjunto de itens que desempenham aquelas funções. Um constituinte sintático recebe o nome de sintagma.

De acordo com os autores, os constituintes são formados a partir do núcleo X – que pode ser *lexical*, como V (verbo), A (adjetivo), N (nome) ou *funcional*, como D (determinante), I (flexão) etc. –, o qual determina as relações internas ao sintagma, projetadas em dois níveis: X' e XP. Assim, temos:

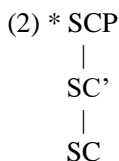


Onde o núcleo X é a projeção mínima, X' a projeção intermediária e XP a projeção máxima, que corresponde ao sintagma.

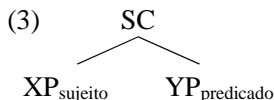
Os sintagmas são classificados de acordo com seu núcleo: se o núcleo for um verbo, temos um sintagma verbal ou VP (*Verb Phrase*), se for uma preposição, um sintagma preposicional ou PP (*Prepositional Phrase*), se for um nome, um sintagma nominal ou NP (*Noun Phrase*) e assim por diante.

Othero (2009)<sup>33</sup> enumera alguns princípios da teoria X-barras adotados por grande parte dos teóricos; para esta análise da SC, dois deles serão relevantes: (i) o princípio da lexicalidade e (ii) o princípio da endocentricidade. O primeiro deles garante que todos os elementos não-terminais sejam projeções de elementos terminais. Assim, XP e X' são projeções de X, que atua como núcleo do sintagma. O segundo, de maneira complementar, postula que cada sintagma XP possua sempre como núcleo uma categoria mínima de mesma natureza (X). Assim, o núcleo V, por exemplo, sempre projeta um V' e um VP; o sintagma VP tem sempre como núcleo um V.

Como vimos, tradicionalmente as SCs são consideradas uma unidade sintática, ou seja, um sintagma. Entretanto, diferentemente dos demais constituintes, não possuem os três níveis de barra, contrariando o princípio da lexicalidade, pois um elemento não-terminal SC é a projeção máxima de outros dois elementos não-terminais (NP e AP, por exemplo). Além disso, elas violam também o princípio da endocentricidade, por não possuírem um núcleo de qualquer natureza. Assim, de acordo com a Teoria da *Small Clause*, utilizada em diversos trabalhos em GB (cf. Progovac, 2006; Mioto, Figueiredo Silva e Lopes, 2007; Mioto e Foltran, 2007; Gomes e Foltran, 2009; Kato e Mioto, 2015), a projeção em (2) não é gramatical:



O que se propõe é a estrutura abaixo, sugerida em Stowell (1983), referida anteriormente e repetida aqui em (3):



Por violar esses dois princípios da teoria, a projeção das SCs parece não se encaixar no modelo X-barras<sup>34</sup>. Se um constituinte é projetado a

<sup>33</sup> Othero (2009) cita tais princípios tomando como base Kornai e Pullum (1990).

<sup>34</sup> Ainda que reconheçamos que a SC é um sintagma complexo, pois tem natureza sentencial (como IPs).



partir de um núcleo e se esse núcleo é quem determina as relações internas ao constituinte, por que uma estrutura sem núcleo, como a proposta para SCs, pode ser considerada um sintagma? Uma possível resposta seria que os autores cujas análises ainda seguem a proposta inicial de Stowell (1983; 1995), projetando o sintagma como [SC [XP] [YP]], talvez utilizem essa projeção não endocêntrica como forma de simplificar a descrição, sacrificando conscientemente uma exposição em total conformidade com os princípios da X-barrá (cf. Miotto, Figueiredo Silva e Lopes, 2007, p. 109).<sup>35</sup>

Taveira da Cruz (2007) também percebe esse problema – a partir da análise da teoria da *small clause* como proposta em Chomsky (1981; 1986) – e sugere, dentro de uma abordagem minimalista, que as SCs tal como são tratadas pela teoria, na verdade, não existem. O que há, segundo o autor, são estruturas sintaticamente semelhantes às sentenças plenas, pois sua projeção máxima é um sintagma IPo (IP zero). Essa proposta é condizente com o princípio da economia de regras de geração de constituintes, pois se tem, assim, uma só regra para formar sentenças plenas e “mini” sentenças.

Entretanto, novamente, tal explicação parece ancorar-se na necessidade de se alcançar a todo custo a uniformidade entre forma e sentido: se as SCs comunicam proposições completas, precisam ser geradas na sintaxe como sentenças completas.<sup>36</sup> Ademais, se as regras de formação são em menor número, mesmo que isso acarrete a complexificação da estrutura, elas seriam mais eficientes para o sistema, pois se adota a simplificação das regras de formação como fator determinante de economia dentro da teoria.

Nossa visão, entretanto, como já discutido anteriormente, vai ao encontro da concepção de economia de Culicover e Jackendoff (2005), que optam pela simplificação da estrutura, o que acaba acarretando a complexificação das regras de formação. Embora os autores ainda

---

<sup>35</sup> O objetivo dos autores, de maneira geral, parece estar mais centrado na descrição da SC no âmbito da sentença e de sua relação com a semântica e menos na constituição interna da estrutura.

<sup>36</sup> Postular a projeção de SCs como AgrPs parece mais razoável, se comparado à proposta de Taveira da Cruz, na medida em que se procura dar conta, ao mesmo tempo, de atender aos dados empíricos e de adequar a projeção aos princípios da teoria X-barrá sem pressupor uma estrutura complexa não pronunciada. A proposta do autor, além de ser motivada pela tentativa de acomodação aos princípios da teoria, é um bom exemplo de tentativa de adequação da estrutura sintática com o propósito de facilitar o mapeamento uniforme com a estrutura semântica.

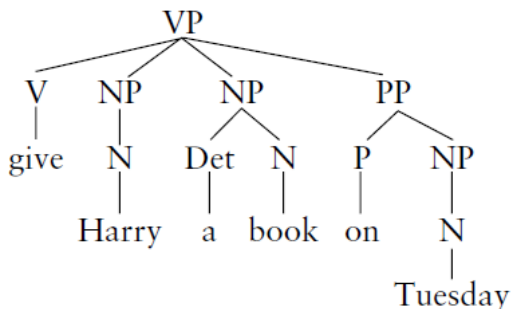
preservem, em certa medida, a distinção competência vs. performance (cf. seção 1.1), defendem que a linguística deve olhar também para dados de uso (performance). A partir de resultados psicolinguísticos, afirmam que o processamento de estruturas complexas – como as propostas pela GGT – é muito dispendioso à cognição humana. Portanto, argumentam que a arquitetura em paralelo, com simplificação das estruturas, seria mais eficiente computacionalmente e menos dispendiosa cognitivamente. (JACKENDOFF, 2002; PINKER e JACKENDOFF, 2005)

Partindo, pois, da noção de economia dos autores e da não-obrigatoriedade de uniformidade entre forma e sentido, acreditamos que a contestação da representação sintática uniforme da subpredicação deva ser ancorada em questões mais empíricas.

Ao adotarmos a proposta de Culicover e Jackendoff (2005), buscamos apontar não na direção de uma projeção mais complexa, que se assemelhe, de maneira uniforme, à projeção de estruturas sentenciais gerais (IPs), mas de uma sintaxe mais simples e com menor número de ramificações e camadas. Como a arquitetura proposta pelos autores divide a geração da gramática igualmente entre três componentes, a explicação para o funcionamento de cada estrutura linguística está distribuída entre os níveis. Assim, se a sintaxe não dá conta de refletir, sozinha, o comportamento de uma predicação semântica completa, isso não é um problema para a teoria, pois a projeção sintática pode ser reduzida, enquanto a estrutura semântica se amplifica, fornecendo explicações a problemas que não são resolvidos no nível sintático.

Ademais, os princípios da lexicalidade e da endocentricidade não são adotados na Sintaxe mais Simples, como podemos visualizar no exemplo abaixo de estrutura *flat*. Em (4), não há níveis intermediários (X') e o VP se ramifica em elementos não-terminais NP e PP, embora os sintagmas ainda sejam projeções endocêntricas de núcleos (o que não ocorre, entretanto, com o sintagma maior de uma sentença completa, como o exemplo (2) do primeiro capítulo); entretanto, a estrutura não é de ramificação binária.

(4) [<sub>VP</sub> give Harry a book on Tuesday]



### 3.1.2 O sintagma na Sintaxe mais Simples

Com o exemplo (4), vimos que a estruturação dos sintagmas na HSS é um pouco diferente da proposta da GGT, embora se assemelhe a ela em alguns aspectos. Vamos agora definir melhor as regras de formação de constituintes dentro dessa abordagem.

Culicover e Jackendoff (2005) propõem que os princípios que regem a geração dos sintagmas devem ser baseados em restrições, em vez de em regras de reescritura. As regras de estruturas sintagmáticas, dentro da HSS, são divididas em duas: (i) princípios de constituência e (ii) princípios de ordem linear. Segundo os autores, a vantagem dessa divisão, tendo em vista que são dois princípios autônomos, está na possibilidade de se rearranjar os constituintes sem que isso afete a hierarquia da estrutura, conseguindo dar conta mais facilmente de alguns fenômenos de ordem livre de palavras, por exemplo.

Abaixo, temos o quadro das regras de estrutura sintagmática para formação de Ss, VPs, NPs, PPs e SCs<sup>37</sup>:

---

<sup>37</sup> As regras aqui citadas são propostas para a língua inglesa. Os autores afirmam que muitas delas equivalem a especializações de princípios mais gerais fornecidos pela GU, enquanto outras são específicas ao inglês. Ainda não há, na literatura em Sintaxe mais Simples, regras específicas de formação de sintagmas para o português.

Constituency	Order
a. { <sub>S</sub> (XP/C) NP T (PP/AdvP) (VP)}	[XP/C; NP > <sub>default</sub> T > <sub>default</sub> VP
b. { <sub>VP</sub> (V) (Prt) (XP)*}	[V; NP > <sub>default</sub> XP; Prt > PP > <sub>default</sub> CP
c. { <sub>NP</sub> N (Det/[NP + poss]) (AP/PP/CP*)}	[Det/NP + poss; AP > <sub>default</sub> N; N > PP > <sub>default</sub> CP
d. { <sub>PP</sub> P (QP) (NP/AP) (PP/CP)}	[QP > P > NP/AP > PP/CP
e. { <sub>NP</sub> (NP (+ poss)) ing + VP}	NP > ing + VP
f. { <sub>SC</sub> NP AP/PP/ing + VP}	NP > AP/PP/ing + VP

Quadro 1: Regras autônomas de estruturas sintagmáticas (CULICOVER e JACKENDOFF, 2005, p. 145)

Onde:

[XP: XP está na periferia esquerda

X > Y: X precede Y

X ><sub>default</sub> Y: X preferencialmente precede Y (i.e., essa é a ordem padrão)

A regra (a) determina como são constituídos os sintagmas sentenciais (S). A primeira coluna, relativa ao princípio de constituição, nos mostra que XP é a posição de tópico e pode ser preenchida por sintagmas de diferentes categorias, podendo alternar com o complementizador C. S terá sempre NP e T como constituintes, mas o VP é opcional, permitindo elipse do verbo. A segunda coluna determina a ordem linear dos constituintes: o tópico ocupa sempre a periferia esquerda, quando presente; NP-sujeito precede T como ordem default e T precede VP também como ordem default; os advérbios sentenciais são ordenados livremente dentro da sentença<sup>38</sup>.

A regra (b), para a formação de VPs, estabelece que o verbo está sempre na periferia esquerda e que as outras posições podem ser ocupadas por outros constituintes e partículas. CP, aqui, designa uma sentença S encaixada.

NPs, segundo a regra (c), têm como núcleo um nome, que comanda o determinante (Det), quando presente. São possíveis também, na

<sup>38</sup> Não estão inclusos nessa análise dos autores operadores de negação, auxiliares e propriedades especiais do verbo *ser* como verbo principal.

constituição interna do sintagma, APs, PPs e CPs. A ordem default está apresentada na formulação.

PPs São formados por núcleos preposicionais, podendo conter sintagmas quantificadores (QP) precedendo o núcleo, sempre na periferia esquerda, NPs ou APs na posição pós-núcleo e PPs ou CPs em sequência. (e) não será aqui discutida, por determinar regras de formação específicas da língua inglesa.

A regra (f) determina a geração de constituintes do tipo SC-complemento: o sintagma SC sempre será formado de NP + AP/PP/VP(gerúndio); NP sempre precede o complemento. Os autores não reconhecem, ao menos em inglês, a possibilidade de NP ocorrendo como predicado. Entretanto, sabemos que em PB essa construção é possível, como podemos ver no exemplo abaixo:

(5) Bruno quer seu candidato [<sub>NP</sub> presidente do Brasil]

Não está prevista também, na formulação que estabelece a constituição de SCs, a possibilidade de inversão entre sujeito e predicado, como ocorre em (6):

(6) Felipe imaginou [<sub>PRED</sub> nua] [<sub>SUJ</sub> a sua vizinha]

### 3.2 OS TESTES DE CONSTITUÊNCIA

Atentemo-nos agora para Haegeman (2006, p. 74), que sugere a aplicação de testes de constituição para “[...] ver se a linguagem por si só fornece alguma indicação de que uma certa sequência de palavras age ou é percebida como uma unidade.” Os testes funcionam como diagnósticos de que uma determinada sequência de palavras pode ser considerada um sintagma e irão nos ajudar a determinar quando uma subpredicação semântica pode corresponder a um sintagma do tipo SC.

#### 3.2.1 Os testes de constituição na Teoria X-barra

##### 3.2.1.1 Substituição

O primeiro teste sugerido pela autora é o da Substituição. Se conseguirmos substituir uma sequência de palavras por um único item, isso indica que essa sequência de palavras forma um sintagma.

Podemos utilizar o teste da substituição para testar, por exemplo, NPs e VPs. No caso dos sintagmas nominais, utilizamos a substituição por um pronome, i. e., a pronominalização. Como pronomes podem funcionar como elementos anafóricos, que servem para retomar algo dito anteriormente na sentença ou no texto, esse teste consiste em trocar uma sequência de palavras por um pronome e verificar se a nova sentença preserva o significado da original. Se o significado for preservado, isso mostra que o pronome tem como antecedente toda a sequência de palavras, o que indica a formação de um sintagma.

- (7) a. O homem de olhos verdes deixou cair os livros.  
b. Ele tropeçou e derrubou-os no chão.

Em (7b) temos o pronome reto *ele* retomando anaforicamente *o homem de olhos verdes* e o clítico *os* retomando *os livros*. O sentido da sentença é preservado, o que indica que [o homem de olhos verdes] e [os livros] são sintagmas – neste caso, sintagmas nominais, ou NPs.

Podemos também testar, por meio da substituição, a constituição de sintagmas verbais. Haegeman (2006) afirma que a relação entre um verbo e seu objeto é mais próxima do que a sua relação com o sujeito<sup>39</sup>. De fato, o complemento de V é uma ramificação de V', ocupando posição de irmandade com o núcleo, enquanto seu especificador é pendurado na projeção mais alta do sintagma, VP. A explicação para essa assimetria entre os argumentos também é proposta em outras teorias, como os trabalhos de Hopper e Thompson (1980), Goldberg (1995) e Moura (2015), por exemplo.

Assim, teríamos [leu o livro] como um constituinte formado anteriormente à projeção do sintagma completo [a menina leu o livro]. O verbo está em relação de irmandade com seu argumento interno e, por essa razão, não formaria um constituinte com o argumento externo:

- (8) [A menina [leu o livro]].  
(9) \*[[A menina leu] o livro]

---

<sup>39</sup> Estamos utilizando os termos sujeito e objeto para simplificar a explicação neste momento. Nem sempre essas categorias discursivas coincidem com as projeções sintáticas indicadas, como é o caso dos inacusativos, por exemplo.

Para testar a constituição de sintagmas verbais, Haegeman (2006) sugere que a sequência seja substituída pela expressão *fez isso*<sup>40</sup>. Em (10), a expressão retoma anaforicamente [leu o livro], indicando a formação do sintagma verbal.<sup>41</sup>

(10) A menina leu o livro e seu irmão fez isso também.

É importante notar que não somente os sintagmas verbais possuem uma hierarquia de constituição – primeiramente se unem o verbo e o argumento interno [leu [o livro]], para depois o argumento externo ser projetado [a menina [leu [o livro]]] –, mas outros sintagmas, como NPs, também possuem (cf. Haegeman, 2006). Em [NP o homem de olhos verdes], inicialmente ocorre a formação do sintagma [PP de olhos verdes], para que depois se forme o constituinte completo, a descrição definida [NP o homem [PP de olhos verdes]]. O constituinte é gerado pelo sistema como (11), e não como (12):

(11) [O homem [de olhos verdes]]

(12) \*[[O homem] de olhos verdes]

Entretanto, não é sempre que o teste da substituição é eficaz. A pronominalização com o demonstrativo *isso* pode ser anaforicamente ambígua, tendo em vista que não conseguimos delimitar qual exatamente é a sequência substituída. Veja, por exemplo, o trecho abaixo:

(13) a. Era Natal e Pedro ainda não havia comprado presentes para nenhum de seus familiares. Primeiramente, ele teve que passar na papelaria e comprar os papéis para embrulhar os presentes. Depois, teve que ir ao shopping comprar um tênis para seu filho. Em seguida, foi à livraria, que ficava no outro lado da cidade, comprar um livro para sua esposa.

b. Isso deixou ele muito cansado para aproveitar a festa de Natal.

---

<sup>40</sup> A autora analisa o inglês e sugere que se substitua a sequência de palavras a ser testada pela expressão *do so*, aqui por nós adaptada para o português.

<sup>41</sup> No exemplo (10), *fez isso* tem a mesma referência que o nível de projeção V'. Os testes de constituição para sintagmas verbais parecem diagnosticar esse nível intermediário (verbo + argumento interno) como sintagma, não a projeção máxima VP. Cf. Chomsky (1995) para uma discussão acerca de VP-shells.

Em (13b), o pronome *isso* parece retomar tudo o que foi dito anteriormente, extrapolando os limites da sintaxe. Por essa razão, neste caso, não pode ser usado como um teste de constituição, pois seu referente não é um constituinte sintático, mas um grande pedaço do discurso.

### 3.2.1.2 Movimento

Outro teste citado pela autora é o de Movimento: se uma sequência de palavras pode ser movida, isso é um diagnóstico de que essa sequência é um sintagma. Entretanto, se, ao movermos uma sequência de palavras, a sentença final resultar em algo estranho ou pouco usual, não significa necessariamente que não há a formação de constituinte, pois o insucesso do movimento pode ter sido devido a outras restrições impostas pela língua analisada. Contudo, se a movimentação funcionar, isso é um forte indício de que a sequência de palavras é um sintagma.

Um tipo de movimento possível em português é a topicalização, que consiste em deslocar um constituinte para a periferia esquerda da sentença, ou seja, seu início. Essa estrutura é chamada de tópicocomentário: o tópico carrega a informação velha, compartilhada pelos interlocutores, enquanto o comentário veicula a predicação feita sobre o tópico, em geral exprimindo a informação não pressuposta (cf. Miotto, 2003; Quarezemin, 2009). Comumente utilizamos a topicalização para dar ênfase ao constituinte deslocado.

- (14) a. Eu conheço muitas músicas do Chico Buarque.  
b. Mas essa música, eu nunca ouvi.

Considerando que a ordem não-marcada em PB é sujeito-verbo-objeto (SVO), em (14b) o objeto *essa música* é deslocado para o início da sentença, ocupando posição de tópico para atingir efeito de ênfase e, nesse caso, de contraste com a sentença anterior, (14a) a qual estabelece o contexto de interpretação de (14b). A estrutura deixa de ser SVO e passa, portanto, para TOP SV.

Para testar a constituição de um conjunto de palavras através da topicalização, pois, movemos a sequência a ser testada para o início. Veja:

- (15) a. Eu assisti àquele filme do Woody Allen.  
b. Ainda não assisti aos filmes que estão em cartaz nessa semana. Mas àquele filme do Woody Allen, eu assisti.



Conseguimos realizar o movimento, o que nos mostra que [(a)aquele filme do Woody Allen] é um sintagma. Perceba que não podemos separar essa unidade, evidência de que *aquele filme* não é um constituinte:

(16) \*Aquele filme, eu assisti do Woody Allen.

Entretanto, a agramaticalidade da sentença é devido ao isolamento de *aquele filme*, que não configura uma unidade sintática sozinha, não de *do Woody Allen*, que, como vimos, a exemplo de (11) acima, é um constituinte (PP) formado anteriormente na hierarquia.

### 3.2.1.3 Pergunta QU

Se unirmos os dois testes aqui citados, pronominalização e topicalização, chegamos a um terceiro tipo, o da formação de perguntas QU: para esse tipo de diagnóstico, precisamos, ao mesmo tempo, substituir e deslocar um conjunto de palavras.

- (17) a. Luísa comeu o bolo de cenoura com cobertura de chocolate.  
 b. Quem comeu o bolo de cenoura com cobertura de chocolate? Luísa.  
 c. Luísa comeu o quê? / O que Luísa comeu? O bolo de cenoura com cobertura de chocolate.  
 d. Luísa fez o quê? Comeu o bolo de cenoura com cobertura de chocolate.

Em (17b), substituímos *Luísa* pela expressão QU *quem* e deslocamo-la para o início da sentença, formando a pergunta; além disso, [Luísa] pode ser a resposta para a pergunta elaborada. Esses três fatores apontam para a formação de um constituinte [NP Luísa]. Do mesmo modo, em (17c) comprovamos a natureza de sintagma de [NP o bolo de cenoura com cobertura de chocolate], pois conseguimos substituí-lo por uma expressão QU na pergunta e isolá-lo na resposta. Note, contudo, que nesta sentença é facultativo o deslocamento de [o que], cuja projeção pode permanecer *in situ*. Ainda em (17d), conseguimos diagnosticar a constituição de um sintagma maior, [VP comeu o bolo de cenoura com cobertura de chocolate], da mesma maneira como o fizemos com as outras unidades da sentença.

### 3.2.1.4 Focalização

Os últimos testes a serem discutidos aqui são trazidos por Haegeman (2006) como tipos de focalização<sup>42</sup>: são os testes de clivagem, que podem ser aplicados por meio da formação de clivadas e de pseudo-clivadas. Segundo Kato et al. (2002, p. 314), as orações clivadas são “um conjunto de construções-Q usadas para salientar um constituinte sintaticamente como foco sentencial.” As primeiras realizam-se através de cópula + complementizador *que*, como podemos ver na sentença (18b), e as segundas, de elemento QU + cópula, exemplificado em (18c):

- (18) a. O João abriu a porta.
- b. CLIVADA: Foi o João que abriu a porta.
- c. PSEUDO-CLIVADA: Quem abriu a porta foi o João.

Portanto, o primeiro destes dois testes, segundo Mioto, Figueiredo Silva e Lopes (2007; 2013) consiste em “ensanduicar” a sequência de palavras a ser testada entre *é* e *que* na periferia esquerda da sentença. Haegeman (2006) define a sentença clivada como aquela que focaliza um constituinte através do padrão *é X que Y*, onde X é a sequência focalizada e Y é a informação pressuposta (cf. Moura, 2006). Kato et al. (2002) lembram também que a sentença clivada tem como sujeito um expletivo nulo.

- (19) a. A Maria leu esse livro de semântica do Jackendoff.
- b. Foi a Maria que leu esse livro de semântica do Jackendoff.
- c. Foi esse livro de semântica do Jackendoff que a Maria leu.
- d. É do Jackendoff esse livro de semântica que a Maria leu.

As sentenças clivadas em (19b,c,d) nos permitem isolar diferentes sequências de palavras, identificando os constituintes. Em (19b), colocamos em posição de foco [<sub>NP</sub> a Maria], em (19c), [<sub>NP</sub> esse livro de semântica do Jackendoff] e, no exemplo (19d), [<sub>PP</sub> do Jackendoff]. Os três conjuntos de palavras são focalizados através da clivada, o que indica que

---

<sup>42</sup> Para uma maior discussão sobre o foco na sintaxe e na semântica, cf. Jackendoff (1972).

formam sintagmas independentes – ainda que (19d) isole um sintagma preposicional contido na unidade maior focalizada em (19c).<sup>43</sup>

Para finalizar esta seção, vamos exemplificar a focalização através do teste das pseudo-clivadas. Para Kato et al. (2002), nesse tipo de construção o sujeito é uma relativa livre e o predicado pós-cópula é o foco. Os autores definem também o que chamam de pseudo-clivada invertida, em que o constituinte focalizado na clivada transforma-se em sujeito e a expressão QU vira o foco:

- (20) a. João quer namorar o amigo do trabalho.  
 b. O que João quer é namorar o amigo do trabalho.  
 c. Namorar o amigo do trabalho é o que João quer.  
 d. O amigo do trabalho é quem João quer namorar.

Em (20b), temos a expressão QU na periferia esquerda da sentença e o foco recai sobre o sintagma pós-cópula [<sub>InfP</sub> namorar o amigo do trabalho]. Na sentença (20c), temos um exemplo de pseudo-clivada invertida: o sintagma antes focalizado agora passa a sujeito e o foco torna-se a expressão QU [<sub>CP</sub> o que João quer]. O exemplo (20d), por fim, diagnostica a formação do sintagma [<sub>NP</sub> o amigo do trabalho], interior à unidade maior InfP, isolada em (20b).

É importante ressaltar que os testes não servem para atestar a constituição de qualquer sintagma; cada teste irá diagnosticar alguns sintagmas específicos, tendo em vista que eles mostram como se organiza, de fato, a gramática da língua. Por exemplo: pronomes são utilizados para retomar anaforicamente elementos nominais, então o teste da pronominalização não se aplicaria a VPs (ou V's, dependendo da análise que se adote) – como mostram os exemplos em (21b); da mesma forma, sentenças inteiras não podem ser clivadas, portanto o teste de focalização por clivagem não se aplica a sintagmas sentenciais (IPs) – como podemos ver em (22b) – etc.

- (21) a. João disse que Ana ama Maria.  
 b. \*João disse que Ana isso.

---

<sup>43</sup> O NP [esse livro de semântica do Jackendoff] é focalizado em (19c) e em (19d); nessa última sentença, entretanto, além da focalização do NP temos também o movimento do PP [do Jackendoff] para o início, o que nos mostra que essa sequência de palavras também possui natureza sintagmática. Os dois testes aplicados em conjunto, pois, garantem a constituição de [<sub>NP</sub> esse livro de semântica [<sub>PP</sub> do Jackendoff]].

- (22) a. Arthur acha que Pedro sabe sintaxe.  
b. \*É que Pedro sabe sintaxe que Arthur acha.

### 3.2.2 Os testes de constituição e as especificidades da Sintaxe mais Simples

Há constituintes sintáticos formados hierarquicamente na Sintaxe mais Simples, ainda que não correspondam exatamente à constituição dos sintagmas na GGT, como vimos em 3.1.2. Podemos, portanto, utilizar testes de constituição para verificar a formação ou não de sintagmas na Sintaxe mais Simples, embora a motivação se diferencie um pouco daquela adotada pela GGT, tendo em vista que o modelo adotado por Culicover e Jackendoff (2005) não é transformacional.

Quando nos referimos a qualquer tipo de movimento de constituintes na Sintaxe mais Simples, não significa que adotamos uma teoria transformacional de gramática; para a HSS, certamente não há operações de descolamento de constituintes da forma como é pressuposto pela GGT, pois não é postulada uma estrutura subjacente. Entretanto, tendo em vista que há sintagmas constituídos hierarquicamente, entendidos como unidades, podemos movê-los no nível da linearidade – nível de geração das sentenças, em HSS –, formando novas sentenças. Não estamos, portanto, *transformando* uma estrutura primitiva por derivação, mas criando novas estruturas, seguindo as regras sintáticas que possibilitam essas formações.

Dessa forma, os testes de constituição funcionarão de maneira muito parecida com o que foi proposto na seção anterior. Quando *movemos* uma sequência de palavras na Sintaxe mais Simples, estamos deslocando sintagmas inteiros e criando novas sentenças, de acordo com as possibilidades facultadas pela estrutura da gramática e pelas regras de constituição. Ao mover um constituinte, não há formação de cadeia, pois não é deixado vestígio na então estrutura subjacente – não é uma operação de transformação.

Se conseguimos topicalizar uma sequência de palavras, por exemplo, isso significa que essa sequência é um sintagma porque (i) ela pôde ser movida – com o sentido de *movimento* que delimitamos acima – e (ii) ela pôde ocupar a posição de tópico, que corresponde à periferia esquerda da sentença e só pode ser preenchida por sintagmas inteiros (XPs), como determina a regra para formação de Ss, repetida aqui:

Constituency	Order
a. { <sub>s</sub> (XP/C) NP T (PP/AdvP) (VP)}	[XP/C; NP <sup>&gt;default</sup> T <sup>&gt;default</sup> VP

Quadro 2: Regras autônomas de estrutura sintagmática para Ss (CULICOVER e JACKENDOFF, 2005, p. 145)

Os demais testes – de substituição, de formação de perguntas QU e de focalização – funcionarão da mesma forma, tomando as regras de formação de constituintes como base para a manipulação das sentenças e a criação de novas estruturas equivalentes àquelas que estão sendo testadas. O teste da substituição, por exemplo, é um recurso anafórico de retomada sintática e semântica; se uma sequência puder ser substituída por outra, significa que temos ali um sintagma. Na formação de perguntas QU, temos também uma anáfora (ou catáfora), que ocupa a posição de início da sentença. Uma estrutura com foco (como as clivadas e pseudo-clivadas) também precisa ser preenchida por um sintagma.



## 4 ANÁLISE DE DADOS

Analisaremos sentenças com verbos que, em português brasileiro, podem selecionar semanticamente uma subpredicação (conforme a seção 1.2.3): *querer, ver, encontrar, eleger, proclamar, ouvir, nomear, declarar, esperar, sentir, pensar, imaginar, julgar, considerar e visualizar*. Alguns desses verbos são tratados pela GGT como selecionadores de SC complemento, como *considerar*, e outros, como *encontrar*, por exemplo, são considerados ocorrências de SC adjunto:

- (1) João considera [<sub>SC</sub> o funcionário competente]
- (2) João encontrou o funcionário<sub>i</sub> [<sub>SC</sub> PRO<sub>i</sub> competente]

Gomes e Foltran (2009) dividem esses dois grupos em (i) predicação primária: SCs selecionadas como complemento dos verbos e (ii) predicação secundária: SCs ocorrendo como adjuntos dos verbos. A sentença (1), portanto, seria um exemplo de predicação primária e (2), de predicação secundária.

A classificação feita pelas autoras segue um critério sintático, pautado em testes propostos por Rothstein (1995; 2001) para diferenciação entre predicados primários e secundários. Entretanto, como partimos de um critério semântico para a delimitação do objeto de análise, essa diferença não será relevante. Ademais, a teoria da Sintaxe mais Simples não diferencia adjuntos de complementos no nível sintático, mas no semântico.

Não serão analisados verbos como *permanecer, estar, parecer, ficar* etc., porque, por serem inacusativos (cf. Perlmutter, 1978; Burzio, 1986), comportam-se de maneira distinta dos demais e demandariam tratamento específico. Frisamos ainda que isso é apenas um recorte, dado o escopo pretendido pela dissertação, e que não iremos, portanto, analisar todos os tipos de subpredicação ou de SC na língua.

Culicover e Jackendoff (2005) sugerem que apenas algumas das estruturas comumente analisadas pela GGT como SCs realmente o são. As SCs são consideradas constituintes completos e, por essa razão, receberiam um tratamento diferenciado na teoria gerativa. Precisamos, pois, verificar em quais casos as relações de subpredicação realmente formam um constituinte sintático. Para tanto, serão aplicados testes de verificação de formação de constituintes sugeridos por Culicover e Jackendoff (2005) e por Haegeman (2006).

Culicover e Jackendoff (2005) aplicam quatro testes para a verificação da formação ou não de um sintagma do tipo SC: (i)

focalização por pseudo-clivadas, (ii) inserção de advérbios, (iii) substituição do predicado por uma forma gerundiva e (iv) sentenças resultativas do tipo *tão/tanto(a)(s) ... que*<sup>44</sup>. Diferentemente do que foi proposto em Haegeman (2006), esses testes não servem para diagnosticar a formação ou não de um constituinte; servem para identificar quando o complemento selecionado pelo verbo pode ser de natureza sentencial.

Utilizaremos em nossa análise apenas o primeiro deles, a focalização por pseudo-clivadas, pois os demais parecem não funcionar tão bem para o português.

Segundo os autores, advérbios não podem preceder objetos diretos, mas podem preceder argumentos sentenciais. O segundo teste, portanto, consiste em inserir um advérbio antes da sequência que expressa a subpredicação e, caso a sentença resultante seja aceitável, temos um complemento sentencial (que pode ser uma SC ou uma sentença plena). Caso o resultado seja anômalo, isso indica que não temos apenas um constituinte, mas dois sintagmas distintos.

Esse teste parece não funcionar em PB, pois há construções com advérbios precedendo objeto direto, mesmo em leituras não predicativas, como em (3):

(3) Eu amo  *muito* minha mãe.

(4) Eu vejo  *sempre* minha mãe bonita.<sup>45</sup>

O terceiro teste, substituição do predicado por uma forma gerundiva, acaba sendo interessante mais como uma descrição do fenômeno do que como um teste propriamente dito. Voltaremos a essa questão mais adiante.

O próximo teste envolve construções com sentenças do tipo *tão/tanto(a)(s)...que*, as quais apresentam ambiguidade de escopo quando o antecedente com *tão/tanto(a)(s)* tem natureza sentencial. Ou seja, quando o antecedente é sentencial, potencialmente uma SC, haverá ambiguidade, pois o escopo pode ser amplo ou restrito:

---

<sup>44</sup> *That-resultatives*.

<sup>45</sup> Culicover e Jackendoff (2005) analisam o inglês, língua em que o teste funciona, pois não podemos ter um advérbio precedendo um objeto direto, mas é possível a inserção antes de complementos de natureza sentencial:

\*I love very much [<sub>NP</sub> my mom].

I love very much [<sub>S</sub> when my mom bakes me cookies].



(5) Eu imaginei tantas pessoas bêbadas que tive que ligar para {a polícia / meu psiquiatra}.

(6) Eu considereei tantas pessoas bêbadas que tive que ligar para {a polícia / \*meu psiquiatra}.

De acordo com a análise proposta pelos autores, em (5) temos ambiguidade, pois o escopo pode recair tanto sobre a estrutura sentencial subordinada, a subpredicação (tantas pessoas bêbadas), quanto sobre a sentença principal (eu imaginei). No primeiro caso, temos a leitura com escopo restrito: *tive que ligar para a polícia porque havia muitas pessoas bêbadas*; já o segundo apresenta escopo amplo: *tive que ligar para meu psiquiatra porque imaginei muitas pessoas bêbadas*. Isso mostra que o verbo *imaginar* seleciona uma subpredicação complemento na forma sintática de SC. Já a construção em (6) só apresenta uma leitura possível, evidência de que não temos um antecedente sentencial selecionado pelo verbo *considerar*, portanto não temos uma SC.

As sentenças produzidas com esse teste nos soam um tanto artificiais, o que faz com que nosso juízo de aceitabilidade não seja um bom guia para verificar a gramaticalidade. Por essa razão, optamos por não utilizá-lo em nossa análise.

Aplicaremos, pois, cinco dos testes discutidos: (i) substituição, (ii) movimento, (iii) formação de perguntas QU, (iv) focalização por clivada e (v) focalização por pseudo-clivada. Dentre os testes citados, como referido acima, Culicover e Jackendoff (2005) utilizam apenas o teste das pseudo-clivadas, como forma de verificar a natureza categorial da sequência a ser testada. Para diversificar e enriquecer a análise, utilizaremos também os outros testes de constituição sugeridos por Haegeman (2006).

Um único teste utilizado isoladamente não nos fornece garantia suficiente para atestar a natureza sintática dos itens, pois, ainda que os testes nos mostrem como a gramática da língua funciona, o resultado pode ser afetado pelo nosso julgamento de aceitabilidade, que nem sempre corresponde univocamente à gramaticalidade de uma sentença. Ademais, a aplicação de um único teste pode apontar para um falso resultado, pois há muitos fatores envolvendo o funcionamento da sintaxe (cf. Carnie, 2007). Portanto, para assegurar maior garantia de diagnóstico, o ideal é que mais de um teste seja aplicado a cada sequência analisada.

No primeiro teste, utilizaremos a substituição por pronome ou pronominalização; o segundo teste será aplicado por meio de um tipo de movimento muito comum em construções do PB, a topicalização; o terceiro consiste em um isolamento através, ao mesmo tempo, de

movimento e substituição; para o quarto, elegemos as pseudo-clivadas, pois é um dos testes aplicados por Culicover e Jackendoff (2005); e, por fim, o teste das clivadas será aplicado como uma forma alternativa de focalização.

Depois de analisados, os verbos foram divididos em duas categorias: (i) aqueles que licenciam uma subpredicação através de um constituinte do tipo SC e (ii) aqueles que não expressam a subpredicação através de SC. A análise correspondente aos do primeiro grupo está na seção 4.1 e aos do segundo grupo, na seção 4.2. Os verbos foram categorizados posteriormente à análise e a partir dela, mas se apresentam aqui reorganizados em duas seções distintas, para fins expositivos.

#### 4.1 VERBOS QUE LICENCIAM SC

Nesta primeira seção, vamos analisar os verbos *imaginar*, *ver*, *visualizar*, *ouvir*, *sentir*, *pensar*, *querer*, *encontrar* e *esperar*.

Iniciemos com os verbos *visualizar*, *ver*, *ouvir* e *sentir*.

(7) a. Eu visualizei a dissertação concluída.

b. PRONOMINALIZAÇÃO: Eu visualizei isso.

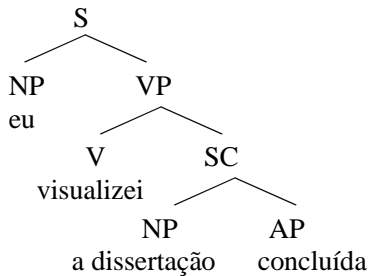
c. TOPICALIZAÇÃO: A dissertação concluída, eu visualizei.

d. PERGUNTA QU: Eu visualizei o quê? A dissertação concluída.

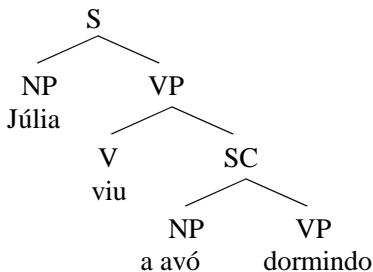
e. PSEUDO-CLIVADA: O que eu visualizei foi a dissertação concluída.

f. CLIVADA: Foi a dissertação concluída que eu visualizei.

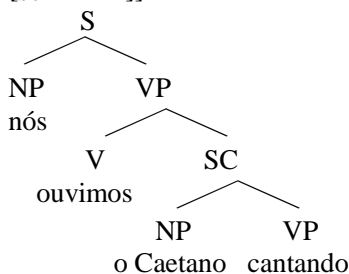
g. [<sub>VP</sub> visualizar [<sub>SC</sub> NP AP]]



- (8) a. Júlia viu a avó dormindo.  
 b. PRONOMINALIZAÇÃO: Júlia viu isso.  
 c. TOPICALIZAÇÃO: A avó dormindo, Júlia viu.  
 d. PERGUNTA QU: Júlia viu o quê? A avó dormindo.  
 e. PSEUDO-CLIVADA: O que Júlia viu foi a avó dormindo.  
 f. CLIVADA: Foi a avó dormindo que Júlia viu.  
 g. [VP ver [SC NP VP]]



- (9) a. Nós ouvimos o Caetano cantando.  
 b. PRONOMINALIZAÇÃO: Nós ouvimos isso.  
 c. TOPICALIZAÇÃO: O Caetano cantando, nós ouvimos.  
 d. PERGUNTA QU: Nós ouvimos o quê? O Caetano cantando.  
 e. PSEUDO-CLIVADA: O que nós ouvimos foi o Caetano cantando.  
 f. CLIVADA: Foi o Caetano cantando que nós ouvimos.  
 g. [VP ouvir [SC NP VP]]



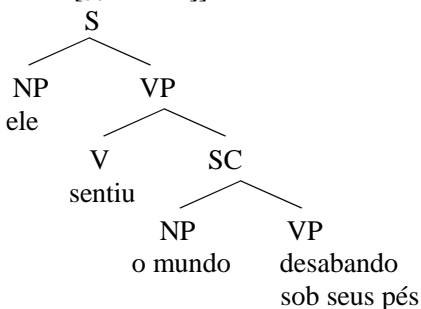
- (10) a. Ele sentiu o mundo desabando sob seus pés.  
 b. PRONOMINALIZAÇÃO: Ele sentiu isso.  
 c. TOPICALIZAÇÃO: O mundo desabando sob seus pés,  
 ele sentiu.

d. PERGUNTA QU: Ele sentiu o quê? O mundo desabando sob seus pés.

e. PSEUDO-CLIVADA: O que ele sentiu foi o mundo desabando sob seus pés.

f. CLIVADA: Foi o mundo desabando sob seus pés que ele sentiu.

g. [VP sentir [SC NP VP]]



A sentença em (7a) parece manter-se preservada quando aplicam-se os testes da pronominalização em (7b), da topicalização em (7c), da pergunta QU em (7d), da pseudo-clivada em (7e) e da clivada em (7f), mostrando que o complemento do verbo *visualizar* seleciona um constituinte de natureza predicativa com as características sintáticas que Stowell (1983) atribui à SC. A estrutura sintática que se apresenta é, portanto, a expressa em (7g), em que há um sintagma do tipo SC, projetado por [NP a dissertação] e [AP concluída] em um nó independente, ocupando a posição de complemento do verbo.<sup>46</sup>

Em (8b,c,d,e,f), temos as aplicações dos mesmos testes aos complementos de *ver* e o sentido em (8a) também parece se conservar. As sentenças (9) e (10) também passam em todos os testes, pois conservam seu sentido original quando submetidas a cada um deles.

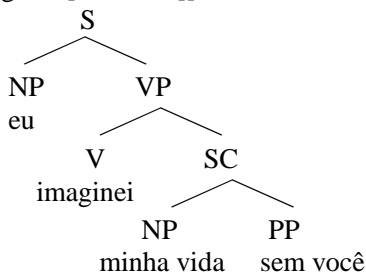
Verificamos, portanto, que verbos como *visualizar*, *ver*, *ouvir* e *sentir* podem selecionar como complemento constituintes sintáticos do tipo SC. Esses verbos possuem algo em comum: podem ser classificados

---

<sup>46</sup> Alguns testes, como a topicalização e a focalização, por exemplo, podem resultar em sentenças um pouco estranhas, quando deslocadas de um contexto. Isso acontece porque estruturas como as de tópico e foco servem para organizar a carga informacional dentro de uma situação discursiva. Ainda assim, as sentenças resultantes da aplicação desses testes são possíveis e servem para verificar a constituição das sequências testadas.

semanticamente como verbos de percepção<sup>47</sup>. Entretanto, não são somente os verbos de percepção que podem selecionar sintaticamente um constituinte desse tipo como complemento. Vejamos agora os testes aplicados aos verbos *imaginar*, *querer*, *esperar*, *pensar* e *encontrar*:

- (11) a. Eu imaginei minha vida sem você.  
 b. PRONOMINALIZAÇÃO: Eu imaginei isso.  
 c. TOPICALIZAÇÃO: A minha vida sem você, eu imaginei.  
 d. PERGUNTA QU: Eu imaginei o quê? Minha vida sem você.  
 e. PSEUDO-CLIVADA: O que eu imaginei foi minha vida sem você.  
 f. CLIVADA: Foi a minha vida sem você que eu imaginei.  
 g. [<sub>VP</sub> imaginar [<sub>SC</sub> NP PP]]



- (12) a. Ana quer a amiga feliz.  
 b. PRONOMINALIZAÇÃO: Ana quer isso.  
 c. TOPICALIZAÇÃO: A amiga feliz, Ana quer.  
 d. PERGUNTA QU: Ana quer o quê? A amiga feliz.  
 e. PSEUDO-CLIVADA: O que Ana quer é a amiga feliz.  
 f. CLIVADA: É a amiga feliz que Ana quer.

---

<sup>47</sup> Os verbos de percepção aqui analisados selecionam uma subpredicação semântica e uma *small clause* sintática tanto na interpretação comum quanto na interpretação imaginativa. Por exemplo:

(1) Maria viu João correndo. (percepção)

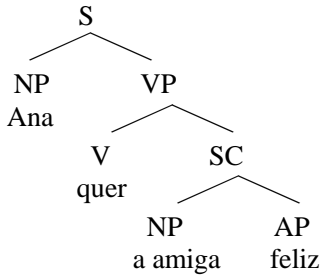
CLIVADA: Foi João correndo que Maria viu.

(2) Maria viu João caindo aos seus pés. (percepção imaginativa)

CLIVADA: Foi João caindo aos seus pés que Maria viu.

Para maior discussão, cf. Foltran (1999; 2002), Gomes e Foltran (2009) e Rodrigues (2004).

g. [VP querer [SC NP AP]]

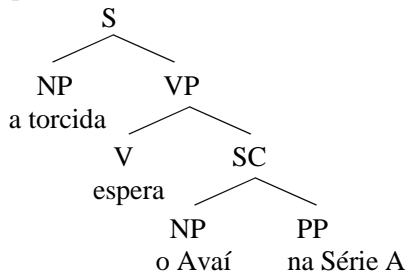


- (13) a. A torcida espera o Avaí na Série A.  
 b. PRONOMINALIZAÇÃO: A torcida espera isso.  
 c. TOPICALIZAÇÃO: O Avaí na Série A, a torcida espera.  
 d. PERGUNTA QU: A torcida espera o quê? O Avaí na Série

A.

Série A.

- e. PSEUDO-CLIVADA: O que a torcida espera é o Avaí na  
 f. CLIVADA: É o Avaí na Série A que a torcida espera.  
 g. [VP esperar [SC NP PP]]



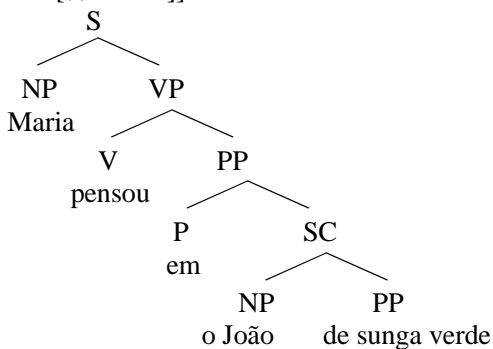
- (14) a. Maria pensou no João de sunga verde.  
 b. PRONOMINALIZAÇÃO: Maria pensou nisso.  
 c. TOPICALIZAÇÃO: No João de sunga verde, Maria pensou.  
 d. PERGUNTA QU: Maria pensou em quê? No João de sunga

verde.

e. PSEUDO-CLIVADA: ? O que Maria pensou foi no João de sunga verde.

f. CLIVADA: Foi no João de sunga verde que Maria pensou.

g. [VP pensar [SC NP PP]]



(15) a. Carla encontrou João preocupado.

b. PRONOMINALIZAÇÃO: ? Carla encontrou isso.

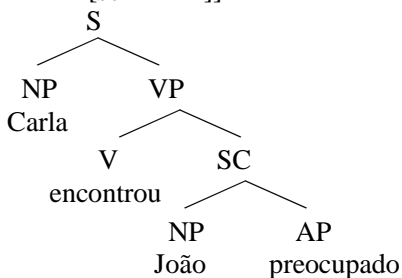
c. TOPICALIZAÇÃO: João preocupado, Carla encontrou.

d. PERGUNTA QU: Carla encontrou o quê? João preocupado.

e. PSEUDO-CLIVADA: O que Carla encontrou foi João preocupado.

f. CLIVADA: Foi João preocupado que Carla encontrou.

g. [VP encontrar [SC NP AP]]



A aplicação dos testes às sentenças (11), (12), (13), (14) e (15) é bem sucedida, o que indica, novamente, a formação de um sintagma do tipo SC nas subpredicações selecionadas pelos verbos *imaginar*, *querer*, *pensar* e *encontrar*<sup>48</sup>. Note, contudo, que no teste da focalização em (14e),

<sup>48</sup> Gomes e Foltran (2009) aplicam testes de constituição sugeridos por Rothstein (1995; 2001) para diferenciar SCs complemento de SCs adjunto. Segundo as autoras, quando os testes apontam para a não-formação de um constituinte, isso mostra que a SC é adjunto, pois seu sujeito é ocupado por um PRO e, portanto, não forma um constituinte com o predicado. Um dos verbos apresentados, nessa análise, como exemplo de construção com SC adjunto é *encontrar*; nossa análise,

a sentença resultante pode parecer um pouco estranha, devido à impossibilidade de manter a regência do verbo na formação da pseudo-clivada. O teste da substituição em (15b) também parece não funcionar muito bem, pois o pronome *isso* não dá conta de retomar [João preocupado].<sup>49</sup>

Como frisamos no início da análise, a aplicação de apenas um dos testes para diagnosticar constituintes não é segura, pois nem todas as sentenças irão se comportar da mesma maneira ao serem manipuladas; por essa razão, estamos utilizando um número maior de testes para a verificação de cada exemplo. Esse resultado, pois, não contradiz nossa conclusão.

A partir da análise das sentenças (7), (8), (9) e (10), levantamos a hipótese de que é uma característica de verbos de percepção selecionar um constituinte sintático do tipo SC quando há uma subpredicação. Ao aplicarmos os testes a outros verbos de percepção, como *notar*, *perceber*, *observar*, *escutar* etc., verificamos que, de fato, esse parece ser um comportamento homogêneo, i. e., verbos de percepção que selecionam semanticamente uma subpredicação, irão selecionar sintaticamente um constituinte do tipo SC.<sup>50</sup>

Entretanto, não é somente essa classe de verbos que subcategoriza SCs, como vimos nos exemplos (11), (12), (13), (14) e (15) acima: os verbos *imaginar*, *querer*, *esperar*, *pensar* e *encontrar* também o fazem. Isso mostra que verbos de outros campos semânticos se comportam sintaticamente da mesma forma que os verbos de percepção, quando há ocorrência de subpredicação.

Nossa análise atestou, portanto, que os verbos *imaginar*, *ver*, *visualizar*, *ouvir*, *sentir*, *pensar*, *querer*, *esperar* e *encontrar*, selecionam um constituinte sintático do tipo SC associado à subpredicação. Para esses verbos, portanto, temos uma representação sintática muito semelhante à

---

entretanto, com a aplicação de testes diferentes dos utilizados pelas autoras, encontrou resultado diferente, pois mostra que *encontrar* seleciona como complemento um constituinte único. Esse resultado apresenta alguns desafios à metodologia utilizada por Gomes e Foltran (2009) para diferenciar SCs complemento de SCs adjuntos, mesmo dentro do quadro gerativo.

<sup>49</sup> Quando utilizamos um “?” no início, significa que a sentença resultante após o teste não preserva o sentido da sentença original, embora configure-se como uma construção gramatical possível, em muitos casos – por isso o uso do ponto de interrogação em vez do asterisco.

<sup>50</sup> Nosso objeto, aqui, não são os verbos de percepção; portanto, uma análise mais cuidadosa precisaria ser feita para se chegar a conclusões mais sólidas a respeito do comportamento desses verbos.



maneira como se projetam sintaticamente subpredicações em teoria gerativa.

Mioto, Figueiredo Silva e Lopes (2007; 2013) aplicam o teste das clivadas com o objetivo de desfazer a ambiguidade estrutural de sentenças como as que analisamos aqui, cujos verbos podem selecionar como complemento sintagmas de natureza sentencial (SCs) ou de natureza não sentencial (NPs). Os autores evidenciam que se o sintagma for um NP, ele não poderá ser separado na focalização, tendo em vista que só podemos focalizar sintagmas inteiros, e não fragmentos de sintagmas. Assim, a sentença (16) apresenta duas acepções, desambiguizadas em (17) e (18) abaixo:

- (16) Ana viu a amiga triste.<sup>51</sup>  
 (17) Foi a amiga triste que Ana viu.  
 (18) Foi a amiga que Ana viu triste.

O teste busca mostrar que em (17) temos um único sintagma NP em [a amiga triste], pois esse é o constituinte focalizado na clivada. Entretanto, nossos testes aplicados às sentenças (7) a (15) acima evidenciaram que não são apenas os sintagmas nominais que podem ser clivados; é possível, portanto, que (17) seja ainda estruturalmente ambígua. Voltaremos a essa questão no final da próxima seção.

Nosso objeto de análise foi delimitado semanticamente na seção 1.2.3, em que buscamos mostrar, através da aplicação de testes de paráfrase por sentença encaixada, a natureza semântica do fenômeno como uma (sub)predicação, em oposição a verbos triargumentais. Os testes de Haegeman (2006), aplicados às sentenças (7) a (15) permitem verificar a constituência das sequências analisadas.

O teste de Mioto, Figueiredo Silva e Lopes (2007; 2013) importa para evidenciar que o constituinte subcategorizado pelos verbos analisados não é um NP, mas um sintagma mais complexo. Esse sintagma poderia ter natureza de AgrP, como proposto por Haegeman (1994) e Cardinalletti e Guasti (1995), por exemplo, ou de SC, como proposto por Stowell (1983; 1995) e Chomsky (1995). Nossos resultados, a partir da aplicação dos testes, são compatíveis tanto com a primeira proposta quanto com a segunda. Entretanto, assumindo-se o modelo proposto pela Sintaxe mais Simples, a projeção sintática desse fenômeno deve ser SC,

---

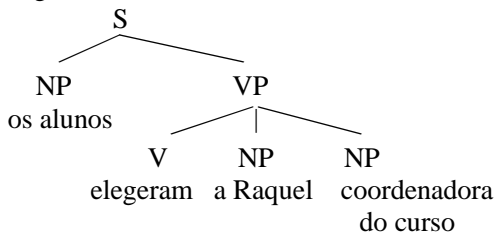
<sup>51</sup> A sentença (16) possui ainda uma terceira leitura, em que o adjetivo modifica [Ana] e aparece, portanto, como adjunto de VP. Essa acepção não será relevante aqui.

pois a teoria não prevê a representação de categorias funcionais do tipo AgrPs.

#### 4.2 VERBOS QUE NÃO LICENCIAM SC

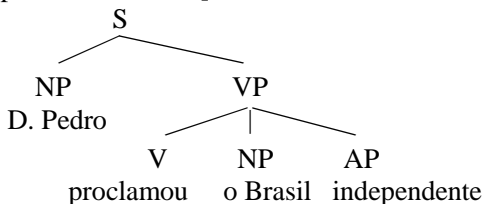
Vejam, agora, como fica a análise aplicada aos verbos que selecionam semanticamente uma subpredicação, mas, segundo nossos resultados, não subcategorizam uma SC sintática: *eleger, proclamar, nomear, declarar, considerar e julgar*.

- (19) a. Os alunos elegeram a Raquel coordenadora do curso.
- b. PRONOMINALIZAÇÃO: ? Os alunos elegeram isso.
- c. TOPICALIZAÇÃO: ? A Raquel coordenadora do curso, os alunos elegeram.
- d. PERGUNTA QU: ? Os alunos elegeram o quê? A Raquel coordenadora do curso.
- e. PSEUDO-CLIVADA: ? O que os alunos elegeram foi a Raquel coordenadora do curso.
- f. CLIVADA: ? Foi a Raquel coordenadora do curso que os alunos elegeram.
- g. [<sub>VP</sub> eleger NP NP]



- (20) a. D. Pedro proclamou o Brasil independente.
- b. PRONOMINALIZAÇÃO: ? D. Pedro proclamou isso.
- c. TOPICALIZAÇÃO: ? O Brasil independente, D. Pedro proclamou.
- d. PERGUNTA QU: ? D. Pedro proclamou o quê? O Brasil independente.
- e. PSEUDO-CLIVADA: ? O que D. Pedro proclamou foi o Brasil independente.
- f. CLIVADA: ? Foi o Brasil independente que D. Pedro proclamou.

g. [VP proclamar NP AP]



(21) a. Dilma nomeou Nelson Barbosa ministro da Fazenda.

b. PRONOMINALIZAÇÃO: ? Dilma nomeou isso.

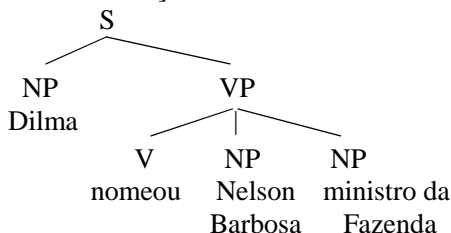
c. TOPICALIZAÇÃO: ? Nelson Barbosa ministro da Fazenda, Dilma nomeou.

d. PERGUNTA QU: ? Dilma nomeou o quê? Nelson Barbosa ministro da Fazenda.

e. PSEUDO-CLIVADA: ? O que Dilma nomeou foi Nelson Barbosa ministro da Fazenda.

f. CLIVADA: ? Foi Nelson Barbosa ministro da Fazenda que Dilma nomeou.

g. [VP nomear NP NP]



(22) a. A reitora declarou encerrada a reunião.

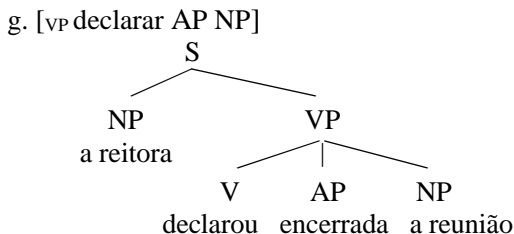
b. PRONOMINALIZAÇÃO: ? A reitora declarou isso. (não predicativo)

c. TOPICALIZAÇÃO: ? Encerrada a reunião, a reitora declarou.

d. PERGUNTA QU: ? A reitora declarou o quê? Encerrada a reunião.

e. PSEUDO-CLIVADA: ? O que a reitora declarou foi encerrada a reunião.

f. CLIVADA: ? Foi encerrada a reunião que a reitora declarou.



Os mesmos testes aplicados aos verbos *eleger*, *proclamar*, *nomear* e *declarar* apontam para o resultado oposto: as sequências testadas não mantêm seus sentidos após serem manipuladas, o que evidencia que esses verbos não podem selecionar constituintes do tipo SC como complemento. Em (19c), a sentença resultante parece aceitável, mas apenas se considerarmos outro sentido: *Os alunos elegeram (como Parainfã) a Raquel que é coordenadora do curso (não a Raquel que é professora de semântica)*. Nesse caso, a leitura não é predicativa, pois o termo *Raquel* não está sendo usado, mas sim mencionado (cf. Searle, 1969; Mortari, 2001). Temos uma descrição definida, e não uma predicação. O mesmo acontece em (19f).

O teste da pronominalização em (20b) parece recuperar um outro sentido do verbo *proclamar*, que não seleciona uma subpredicação: o pronome *isso* poderia retomar um argumento nominal ou sentencial, como em *D. Pedro proclamou [NP independência / S que o Brasil é independente]*; mas não retoma a subpredicação, portanto, não forma uma SC. O mesmo teste em (22b) apresenta resultados semelhantes. Alguns dos outros testes em (20) parecem funcionar se se interpreta *Brasil independente* como uma descrição definida, mas não como uma predicação.

Em (21f), a sentença clivada pode funcionar se entendemos o predicado *ministro da Fazenda* como um aposto, como em *Foi Nelson Barbosa, ministro da fazenda, que Dilma nomeou como seu assessor*. Novamente, o sentido da sentença original não é traduzido na clivada, portanto, o verbo *nomear* também não pode subcategorizar um constituinte do tipo SC.

Todos os outros testes aplicados às sentenças (19), (20), (21) e (22) apontam nitidamente para a não-formação de um sintagma do tipo SC como complemento dos verbos analisados. Por essa razão, tendo em vista que não há motivação empírica para a projeção de um sintagma separado do tipo SC, a estrutura sintática dos complementos desses verbos é a que propomos em (19g, 20g, 21g, 22g), em que os constituintes sintáticos

referentes ao sujeito e ao predicado da subpredicação são ramificações diretas de VP.

Vejamos agora os verbos *considerar* e *julgar*:

(23) a. A igreja considera o aborto imoral.

b. PRONOMINALIZAÇÃO: ? A igreja considera isso.

c. TOPICALIZAÇÃO: ? O aborto imoral, a igreja considera.

imoral.

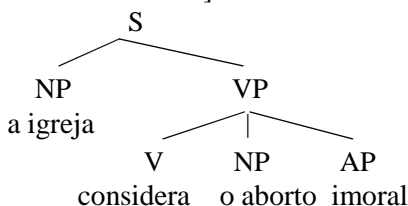
d. PERGUNTA QU: ? A igreja considera o quê? O aborto

imoral.

e. PSEUDO-CLIVADA: ? O que a igreja considera é o aborto

f. CLIVADA: ? É o aborto imoral que a igreja considera.<sup>52</sup>

g. [VP considerar NP AP]



(24) a. O juiz julgou improcedente minha ação.

b. PRONOMINALIZAÇÃO: ? O juiz julgou isso.

julgou.

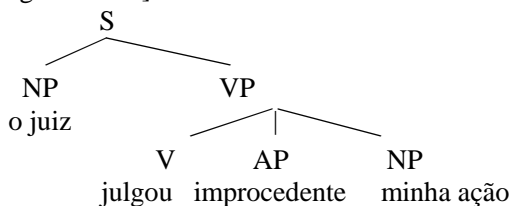
c. TOPICALIZAÇÃO: ? Improcedente minha ação, o juiz

d. PERGUNTA QU: ? O juiz julgou o que? Improcedente  
minha ação.

e. PSEUDO-CLIVADA: ? O que o juiz julgou foi  
improcedente minha ação.

f. CLIVADA: ? Foi improcedente minha ação que o juiz  
julgou.

g. [VP julgar AP NP]



<sup>52</sup> Consideremos, aqui, a leitura predicativa de *considerar*, no sentido de “julgar, acreditar”, não de “pensar sobre”.

As sentenças em (23a) e (24a) não preservam seu sentido quando submetidas aos cinco testes. No último caso, com o verbo *julgar*, quando aplicamos o teste de pronominalização, por exemplo, temos uma sentença possível, mas que traduz outro significado: o pronome *isso* parece retomar apenas o sujeito da subpredicação, *O juiz julgou a ação*. As demais são anômalas, o que comprova que os verbos *considerar* e *julgar* não selecionam como complemento um constituinte.

Retomemos aqui o teste de Mito, Figueiredo Silva e Lopes (2007; 2013), referido na seção anterior: são aplicados testes de constituência para desfazer a ambiguidade estrutural em sentenças que apresentam a leitura predicativa em uma de suas acepções. Os autores exemplificam o fenômeno com a sentença abaixo:

(25) O juiz julgou a ré culpada.

Aplicando o teste da clivagem, por exemplo, obtemos o seguinte:

(26) a. Foi [aquela ré culpada] que o juiz julgou.

(27) a. Foi [aquela ré] que o juiz julgou [culpada].

Em (26), a unidade [NP aquela ré culpada] mantém-se ensanduichada entre a cópula e o elemento QU, evidenciando que o adjetivo *culpada* faz parte do sintagma nominal NP que, nessa sentença, tem função puramente referencial. O adjetivo *culpada* cumpre uma função de identificação, e não de predicação (segundo os termos de Searle (1969)). Entretanto, quando separamos [NP aquela ré] de [AP culpada], obtemos a leitura predicativa, ou seja, *culpada* passa a designar o veredito do juiz aplicado à ré.

Os autores utilizam esse e outros testes para argumentar a favor da formação de *small clauses* na segunda acepção. Entretanto, embora os testes, de fato, sirvam para a desambiguação estrutural, o que eles indicam é apenas a formação de dois sintagmas distintos, [NP aquela ré] e [AP culpada]. A análise de Mito, Figueiredo Silva e Lopes (2007; 2013) não diagnostica a existência de SCs, apenas a formação de sintagmas distintos, embora sua descrição esteja ajustada à teoria na qual se ancoram, que prevê uma ramificação binária para as projeções arbóreas.

É possível, contudo, aplicar o mesmo teste, obtendo os mesmos resultados, e argumentar a favor de uma representação distinta, em que as unidades NP e AP, mesmo admitindo sua natureza de sintagmas, realizam

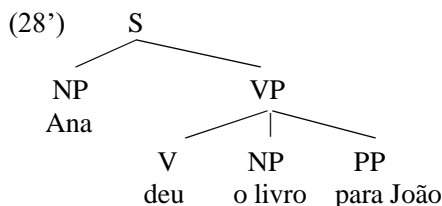
a predicação ligando-se diretamente ao verbo, ou seja, são ramificações de VP. É claro que, para tanto, estamos assumindo uma concepção de projeção sintática alternativa, cujas ramificações são n-árias e a estrutura é *flat*.

A adoção de estruturas de representação n-árias, entretanto, não é requerida por essa análise – em que sujeito e predicado ligam-se diretamente ao verbo. Poder-se-ia propor, respeitando a teoria X-barras e o princípio da binaridade, que esses dois sintagmas se ramificam a partir da duplicação do nível intermediário V', da mesma forma como os verbos triargumentais<sup>53</sup>. Entretanto, se são aceitos os postulados da GGT, essa projeção é equivocada, já que se estaria representando da mesma forma na sintaxe relações semânticas bastante distintas.

Mas, por não assumirmos o princípio da uniformidade e por termos optado pela estrutura *flat* como forma de representação sintática mais simples, podemos projetar as estruturas de subpredicação que não formam SCs da mesma forma como se projetam os verbos triargumentais.

(28) Ana deu o livro para João.

A sentença em (28) possui um verbo triargumental, que é projetado, em Sintaxe mais Simples, da seguinte maneira:



Uma subpredicação sem SC, portanto, como a sentença (27), seria projetada da seguinte maneira, como vimos nas sentenças de (19) a (24):

---

<sup>53</sup> Note que os verbos triargumentais, que expressam semanticamente predicados de três lugares, também não passam nos testes de constituição aqui aplicados aos casos de subpredicação:

(28) Ana deu o livro para João.

PRONOMINALIZAÇÃO: ? Ana deu isso.

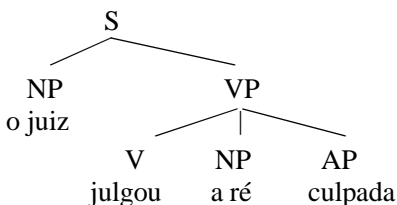
TOPICALIZAÇÃO: ? O livro para João, Ana deu.

PERGUNTA QU: ? Ana deu o que? O livro para João.

PSEUDO-CLIVADA: ? O que Ana deu foi o livro para João.

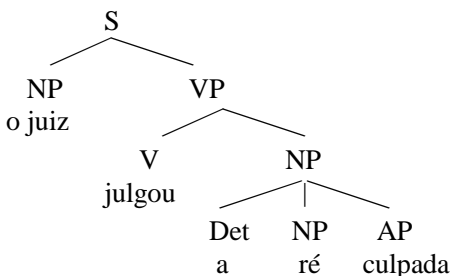
CLIVADA: ? Foi o livro para João que Ana deu.

(27) b. O juiz julgou [a ré] [culpada].



Veja que aqui ainda temos a leitura predicativa da sentença, em que podemos separar os sintagmas [a ré] e [culpada] e o adjetivo é a propriedade que o juiz atribui à ré, i. e., o veredito. A desambiguação estrutural continua sendo captada pela estrutura *flat*, como podemos ver em (26b) abaixo, que mostra o adjetivo *culpada* como interno ao NP:

(26) b. O juiz julgou [a ré culpada].



É interessante notar que o teste de desambiguação de Mioto, Figueiredo Silva e Lopes (2007; 2013), de fato, funciona apenas quando aplicado a sentenças com verbos que não subcategorizam uma SC. Vejamos.

Quando temos uma sentença ambígua que apresenta as possibilidades de (i) leitura referencial (descrição definida) ou (ii) leitura predicativa (subpredicação), podemos aplicar o teste da clivada para desfazer a ambiguidade. O teste toma como pressuposto, conforme visto na seção 3.2.1.4, que só podemos clivar sintagmas inteiros. Se clivamos [a ré culpada], como em (26a), e a sentença resultante apresenta apenas a leitura referencial, afirmamos que há ali, obrigatoriamente, um NP. Se conseguimos separar a sequência, como em (27a), isso indica que [a ré] e [culpada] são dois sintagmas distintos e que, portanto, não é possível termos um NP, pois ele não poderia ser desmembrado. Essa análise, pois,



funciona para verbos como *julgar* e os demais analisados nesta seção, os quais não podem subcategorizar uma SC.

Entretanto, se tentarmos aplicar o mesmo teste aos verbos que, de acordo com a nossa análise, de fato selecionam SCs, ele não dá conta de desambiguar a sentença quando clivamos a sequência de palavras inteira, como em (30):

- (29) Ana viu a menina bonita.
- (30) Foi [a menina bonita] que Ana viu.
- (31) Foi [a menina] que Ana viu [bonita].

Em (31), a única leitura possível é a predicativa, pois separamos os constituintes, o que não seria possível caso a sequência fosse um NP. Quando clivamos [a menina bonita], entretanto, a sentença permanece ambígua, tendo em vista que, como mostramos em nossos testes, as SCs, por possuírem natureza sintagmática, podem ser focalizadas. O constituinte clivado em (30), portanto, pode ser tanto um NP quanto uma SC: a sentença permanece ambígua. O teste da clivagem, portanto, consegue mostrar que a leitura de subpredicação é a única possível quando separamos o constituinte (pois, nesses casos, não é possível haver um NP), mas não desfaz a ambiguidade, para esse grupo de verbos, quando a sequência de palavras permanece unida.

#### 4.3 CONCLUSÃO

A partir da análise aqui desenvolvida, foi possível verificar que, dentre os verbos que podem selecionar uma subpredicação semântica, há (i) aqueles que projetam sintaticamente essa subpredicação como um sintagma do tipo SC e (ii) aqueles que projetam essa subpredicação como ramificação direta de VP, sem formar um sintagma independente do tipo SC. Os verbos foram divididos em dois grupos:

	<u>Grupo 1</u> verbos que expressam a subpredicação com um sintagma do tipo SC	<u>Grupo 2</u> verbos que <b>não</b> expressam a subpredicação com um sintagma do tipo SC
Verbos	<i>Visualizar</i> <i>Ver</i> <i>Ouvir</i> <i>Sentir</i> <i>Imaginar</i> <i>Querer</i> <i>Esperar</i> <i>Pensar</i> <i>Encontrar</i>	<i>Eleger</i> <i>Proclamar</i> <i>Nomear</i> <i>Declarar</i> <i>Considerar</i> <i>Julgar</i>
Representação sintática	<pre> graph TD   S --&gt; NP   S --&gt; VP   VP --&gt; V   VP --&gt; SC   SC --&gt; XP   SC --&gt; YP </pre>	<pre> graph TD   S --&gt; NP   S --&gt; VP   VP --&gt; V   VP --&gt; XP   VP --&gt; YP </pre>

Quadro 3: Classificação dos verbos de acordo com a projeção sintática da subpredicação.

Os verbos do grupo 1 selecionam SCs como complemento e sua projeção sintática se dá de forma semelhante ao que é proposto pela GGT. Já os verbos do grupo 2, embora estabeleçam uma relação de subpredicação no nível semântico, não projetam um sintagma separado do tipo SC; a relação entre sujeito e predicado se dá diretamente com o verbo, em uma ramificação não-binária.

Uma característica em comum da maioria dos verbos desse último grupo é que eles são performativos. Isso indica que há uma regularidade, localizada, entre os níveis semântico e sintático: os verbos performativos com estrutura de subpredicação não selecionam SCs, enquanto os não-performativos o fazem. Entretanto, mesmo que seja restaurada, aqui,

alguma uniformidade, nossa tese de que não há uniformidade absoluta continua válida: temos um mesmo fenômeno semântico (a subpredicação), sendo representado sintaticamente de formas distintas (sentenças completas, SCs e as chamadas *falsas* SCs). Ademais, o verbo *considerar* também faz parte desse grupo, mas não é performativo; essa regularidade, pois, não é homogeneamente distribuída.

Utilizamos, para a análise, cinco testes de constituência: substituição por pronome, movimento de topicalização, formação de pergunta QU, focalização por clivada e focalização por pseudo-clivada. Outro teste de constituição sugerido na literatura, mas não utilizado neste trabalho, é o da coordenação. Segundo Radford (1988) e Lasnik (2000), só podemos coordenar seqüências de palavras se elas forem sintagmas e de mesma natureza; não seria possível, portanto, unir por meio da conjunção fragmentos sintagmáticos ou dois sintagmas de categoria distinta (NP e S, por exemplo).

(32) Ana e Maria foram ao cinema.

(33) \*Ana e muito inteligente foram ao cinema.

A sentença (33) é agramatical porque não é possível coordenar dois sintagmas de natureza distinta – no caso, um NP e um AP. Culicover e Jackendoff (2005, p. 236), entretanto, argumentam contra essa regra. Eles analisam o exemplo:

(34) “Cinquenta anos de gramática gerativa e o que nós aprendemos?”

em que a conjunção une um NP e um S. O argumento gerativista, provavelmente, envolveria a projeção, na estrutura subjacente, de uma sentença contendo [cinquenta anos de gramática gerativa] como complemento, a qual seria depois apagada na transformação para a superfície. Entretanto, isso é problemático por algumas razões, dentre elas: qual verbo seria projetado para a formação da sentença? *Passaram-se cinquenta anos? São cinquenta anos? Faz cinquenta anos?* Que critério define qual verbo é projetado em casos como esse?

Não nos interessa, aqui, contudo, essa discussão. É relevante para esta pesquisa somente o uso da coordenação como teste de constituição, i. e., para diagnosticar a existência de um sintagma (qualquer que seja sua natureza categorial). Poderíamos, portanto, aplicar o teste da coordenação às estruturas de subpredicação para verificar sua categoria sintática:

(35) Tiago viu Paula rindo e Ana chorando.

O teste funciona em (35), o que mostra que temos dois sintagmas em [Paula rindo] e [Ana chorando]; portanto, esse seria mais um teste que diagnosticaria a formação de um sintagma do tipo SC sendo subcategorizado pelo verbo *ver*, o que corrobora nossos resultados. Entretanto, a aplicação do teste a um verbo como *considerar* fornece o mesmo diagnóstico:

(36) Gabriel considera Maria inteligente e Aline genial.

Esse poderia ser um argumento contra nossos resultados. Entretanto, a motivação por trás do uso desse teste para a verificação de constituintes é justamente a uniformidade de interface. Veja, por exemplo, a sentença abaixo:

(37) Luísa colocou o livro na estante e o caderno na mesa.

Dentro da teoria gerativa, poderia ser sugerido que é projetado em estrutura profunda *Luísa colocou o livro na estante e colocou o caderno na mesa* – posteriormente, na transformação para a estrutura superficial, o segundo verbo seria, então, apagado. Entretanto, para a Sintaxe mais Simples não há estrutura subjacente nem operações de apagamento; a sentença é gerada na ordem da linearidade e não projeta elementos que serão elididos. A explicação de por que produzimos sentenças como (37) é semântica: estamos coordenando dois constituintes semânticos; recuperamos semanticamente que *Luísa colocou o caderno na mesa*.

[...] what we see in the case of conjoined NPs is that the semantic demands on the syntactic structure are variable. The syntactic structure is licensed by the possible correspondence to a well-formed CS [conceptual structure], and any particular configuration is well-formed just in case this correspondence can be established. The hierarchical structure associated with an NP is the structure of its corresponding CS, which is the level where binding and scope relations are defined. The syntactic structure *per se* of NP is invariant over different correspondences: it is flat structure, to

some degree linearly ordered. (CULICOVER e JACKENDOFF, 2005, p. 143)<sup>54</sup>

Uma coordenação bem formada de NPs, segundo os autores, é uma conjunção bem formada na estrutura conceitual. A coordenação, portanto, é licenciada no nível semântico, não no sintático. Podemos estender essa conclusão para a coordenação de quaisquer elementos: se conseguimos coordenar dois elementos, isso significa que temos dois constituintes semânticos, mesmo que eles aparentem ser fragmentários na sintaxe (cf. Moura e Varaschin, 2016). Esse seria o caso da possibilidade de coordenação de estruturas subpredicativas que não formam SCs.

Ademais, como lembra Carnie (2007) – ainda dentro da proposta gerativista –, o teste da coordenação utilizado isoladamente não é muito seguro, uma vez que pode nos levar a falsos diagnósticos:

(38) João fez e Maria comeu o bolo.

O teste aplicado a essa sentença poderia nos levar a concluir que *João fez* é um sintagma. Entretanto, sabemos que o verbo não forma isoladamente um constituinte com o argumento externo. Nesse caso, a proposta gerativista é que um argumento interno é projetado, formando um sintagma com o verbo, e depois apagado na estrutura de superfície. Mas o teste da coordenação, por si só, não possibilita essa conclusão.

Considerando, pois, o argumento de Culicover e Jackendoff (2005) e o de Carnie (2007), acreditamos que o teste da coordenação não seja eficiente para verificação de constituição sintática, especialmente dentro do quadro teórico da Sintaxe mais Simples. Além disso, ainda com base em Carnie (2007), pode-se argumentar que, se temos cinco testes apontando para uma direção e apenas um teste apontando aparentemente no sentido oposto, é prudente que consideremos mais expressivo e confiável o resultado indicado pelos outros cinco testes.

---

<sup>54</sup> “[...] o que nós vemos no caso de NPs unidos pela conjunção é que as exigências semânticas à estrutura sintática são variáveis. A estrutura sintática é licenciada pela possível correspondência a uma EC [estrutura conceptual] bem formada, e qualquer configuração sintática particular só será bem-formada se essa correspondência puder ser estabelecida. A estrutura hierárquica associada a um NP é a estrutura da sua EC correspondente, que é o nível no qual as relações de ligação e escopo se definem. A estrutura sintática do NP em si permanece invariável diante das diferentes correspondências: é uma estrutura *flat*, em alguma medida ordenada linearmente.”

Outro teste, proposto por Culicover e Jackendoff (2005) especificamente para testar a constituição de SCs, é o do gerúndio: de acordo com os autores, só é possível que a subpredicação ocorra através de um predicado gerundivo quando é formado um sintagma do tipo SC. Para realizar o diagnóstico, então, é preciso inserir um predicado na forma de gerúndio; se a sentença resultante for aceitável, é porque temos uma SC:

(39) Todos ouviram/viram/imaginaram Juliana gritando pelos corredores.

(40) ? Todos julgaram/declararam/consideraram Juliana gritando pelos corredores.

As sentenças em (40) não são aceitáveis na interpretação com subpredicação. Isso mostra que esses verbos não selecionam uma SC como complemento. Entretanto, esse teste nos parece mais uma descrição de como se comportam as subpredicações com projeção sintática de SC do que um diagnóstico da formação desse constituinte.

Outra propriedade que distingue os verbos que licenciam SC dos que não o fazem é a possibilidade de apresentar um predicado no infinitivo, no caso do português:

(41) Todos ouviram/viram/imaginaram Juliana gritar pelos corredores.

(42) ? Todos julgaram/declararam/consideraram Juliana gritar pelos corredores.

Culicover e Jackendoff (2005) chamam as estruturas de complemento de verbos do grupo 2 (como o exemplo em (42)) de falsas SCs, pois assemelham-se aparentemente às SCs, mas possuem estruturas sintáticas diferentes. Dizer que as estruturas licenciadas pelos dois grupos de verbos são diferentes e que suas representações semânticas são idênticas caracteriza um abandono do princípio da uniformidade da interface sintaxe-semântica. Admite-se que estruturas sintáticas distintas podem convergir em um mesmo tipo de significado – no caso, aquilo que vimos chamando nesse trabalho de subpredicação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi ancorada na Sintaxe mais Simples de Culicover e Jackendoff (2005), os quais propõem uma teoria pós-gerativista que, tomando como princípio econômico a simplificação das estruturas geradas na língua, busca reduzir ao máximo a estrutura sintática. Fonologia e semântica não são interpretadas a partir das estruturas de interface PF e LF, pois são também eixos estruturantes do sistema linguístico, gerados em paralelo, ao lado da sintaxe. A teoria é baseada em restrições, gerativa e formalizável e pressupõe um sistema linguístico inato e modular, que possui realidade mental.

Foi central para nossa discussão a oposição ao que Culicover e Jackendoff denominam Princípio de Uniformidade entre sintaxe e semântica: a proposta, ao contrário, é a de que a sintaxe constitui-se enquanto estrutura mínima necessária para fazer a mediação entre fonologia e significado e só projetará aquilo que for empiricamente motivado. A semântica, portanto, não é formada somente a partir do que foi gerado na sintaxe, pois é independente.

Com base nessa discussão, analisamos o fenômeno semântico da subpredicação, definido como uma predicação interna à outra. Em gramática gerativa, admitindo-se o princípio da uniformidade, essa estrutura é tradicionalmente projetada na sintaxe como uma *small clause*. Entretanto, por não assumirmos esse princípio como obrigatório, propusemos que o fenômeno da subpredicação só é projetado como SC quando houver motivação empírica que indique a formação dessa estrutura.

Para tanto, partindo da definição de sintagma para a GGT e para a Sintaxe mais Simples, aplicamos testes de constituição sugeridos por Haegeman (2006) e por Culicover e Jackendoff (2005) para verificar em quais casos a estrutura de subpredicação realmente corresponde a uma SC sintática. Analisamos 15 verbos que podem selecionar subpredicações em PB e testamos quais desses verbos podem subcategorizar um constituinte do tipo SC como complemento.

A partir do resultado da aplicação dos testes de pronominalização, topicalização, pergunta QU, pseudo-clivada e clivada, pudemos dividir os verbos em dois grupos: aqueles que projetam a subpredicação por meio de um sintagma do tipo SC e aqueles que não o fazem. A análise de dados em PB, portanto, corrobora os resultados obtidos por Culicover e Jackendoff (2005): de fato, algumas estruturas semânticas de subpredicação parecem não formar um único constituinte sintático. Quando os testes indicaram que o verbo pode subcategorizar uma SC, ele

foi projetado de forma semelhante ao que é tradicionalmente proposto em gramática gerativa, [<sub>VP</sub> V [<sub>SC</sub> XP YP]]. Nos casos em que foi atestada a não-formação de um sintagma, sugerimos que a projeção sintática da subpredicação é *flat* e ocorre da mesma forma como se representam os verbos triargumentais: em Sintaxe mais Simples, ramificando-se diretamente de VP [<sub>VP</sub> V XP YP].

Com este trabalho, esperamos ter conseguido mostrar que uma teoria sintática que abandona a uniformidade de interface como um princípio obrigatório consegue dar conta de explicar alguns fenômenos linguísticos de maneira mais econômica. Ao deixarmos de lado esse preceito, torna-se possível postular maior complexidade estrutural apenas quando ela for empiricamente motivada.



## REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press, 1975 [1962].
- BURZIO, L. *Italian Syntax: a government-binding approach*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1986.
- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CARDINALETTI, A.; GUAISTI, M. T. Epistemic small clauses and null subjects. In.: WESTPHAL, G. F.; AO, B.; CHAE, H. -R. (Orgs.). *Proceedings of VII Eastern States Conference of Linguistics*, Ohio State University Press: Columbus, 1992. p. 23-33.
- \_\_\_\_\_. Small clauses: some controversies and issues of acquisition. In.: \_\_\_\_\_ (Org.). *Syntax and semantics: small clauses (vol) 28*. San Diego: Academic Press, 1995.
- CARNIE, A. *Syntax: A Generative Introduction*. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.
- CHOMSKY, N. A Minimalist Program for Linguistic Theory. In.: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Orgs.). *The View from Building 20*. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 195–227.
- \_\_\_\_\_. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT Press, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Barriers*. Linguistic inquiry Monograph Series 13. Cambridge: MIT Press, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- \_\_\_\_\_. *On nature and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- \_\_\_\_\_. Some notes on the economy of derivation and representation. *MIT Working Papers in Linguistics*, v. 10, Cambridge, 1989.

\_\_\_\_\_. *Studies on Semantics in Generative Grammar*. The Hague: Mouton, 1972.

\_\_\_\_\_. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.

\_\_\_\_\_. *The Minimalist Program*. Cambridge: MIT Press, 1995.

\_\_\_\_\_. *What kind of creatures are we?* New York: Columbia University Press, 2015.

CHOMSKY, N.; BELLETTI, A.; RIZZI, L. *Reflections on Language*. New York: Pantheon, 1975.

CINQUE, G.; RIZZI, L. The Cartography Syntactic of Structures. *STiL – Studies in Linguistics, CISCL Working Papers*, v. 2, p. 42-58, 2008.

CINQUE, G. *The pseudo-relative and ACC-ing constructions after verbs of perception*. University of Venice, 1991.

CONTRERAS, H. Small clauses and complex predicates. In.: CARDINALETTI, A; GUASTI, M. T. (Org.). *Syntax and semantics: small clauses* (vol) 28. San Diego: Academic Press, 1995.

CROFT, W. *Typology and Universals*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CROFT, W.; CRUSE, D. A. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CULICOVER, P. W. *Grammar and complexity: Language at the intersection of competence and performance*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

\_\_\_\_\_. *Principles and Parameters: An introduction to syntactic theory*. New York: Oxford University Press, 1997.

CULICOVER, P. W.; JACKENDOFF, R. *Simpler Syntax*. New York: Oxford University Press, 2005.

FOLTRAN, M. J. *As Construções de Predicação Secundária no Português do Brasil: aspectos sintáticos e semânticos*. 1999. Tese

(Doutorado em Linguística), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. Predicados secundários: restrições semânticas. *Revista Letras*, Curitiba, Editora da UFPR: n. 58, p. 211-223, jul./dez. 2002.

FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009 [1978].

GIVÓN, T. *Syntax: an introduction*. (vol) 1. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2001a.

\_\_\_\_\_. *Syntax: an introduction*. (vol) 2. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2001b.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOMES, A. F. R.; FOLTRAN, M. J. Small Clause complemento: caracterização e seleção. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 17, n. 2, p. 51-71. jul./dez., 2009.

HAEGEMAN, L. *Introduction to Government and Binding Theory*. Malden/Oxford: Blackwell Publishing, 1994.

\_\_\_\_\_. *Thinking syntactically: a guide to argumentation and analysis*. Cornwall: Blackwell Publishing, 2006.

HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, v. 56, n. 2, p. 251-299. Jun., 1980.

JACKENDOFF, R. A whole lot of challenges for linguistics. *Journal of English Linguistics*, v. 35, n. 3, p. 253-262, 2007.

\_\_\_\_\_. *Foundations of language: Brain, meaning, grammar, evolution*. New York: Oxford University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. *Languages of the mind: Essays on mental representation*. Cambridge: MIT Press, 1992.

\_\_\_\_\_. *Semantic interpretation in Generative Grammar*. Cambridge: MIT Press, 1972.

\_\_\_\_\_. *Semantic structures*. Cambridge: MIT Press, 1990.

\_\_\_\_\_. *Semantics and cognition*. Cambridge: MIT Press, 1983.

\_\_\_\_\_. What is the human language faculty? Two Views. *Language* 87, p. 586-624, 2011.

JACOB, F. Evolution and Tinkering. *Science*. v. 196, n. 4295, p. 1161-1166, 1977.

KATO, M. A. et al. As construções-Q no português brasileiro falado: perguntas, clivadas e relativas. In.: KOCH, I. V. (Org.). *Gramática do português falado*. Vol. VI: Desenvolvimentos. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002. p. 309-374.

KATO, M. A.; MIOTO, C. A arquitetura da gramática. In.: KATO, M. A.; NASCIMENTO, M. (Org.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, vol 2: A construção da sentença. São Paulo: Contexto, 2015. p. 19-35.

KATZ, J. J.; POSTAL, P. M. *An integrated theory of linguistic descriptions*. Cambridge: MIT Press, 1964.

KORNAL, A.; PULLUM, G. K. The X-bar theory of phrase structure. *Language* 66, 1990.

LAKOFF, G. On Generative Semantics. In.: STEINBERG, D. D.; JAKOBOVITZ, L. A. (Orgs.). *Semantics: An interdisciplinary reader in philosophy, linguistics and psychology*. London: Cambridge University Press, 1974.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Philosophy in the Flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999.

LANGACKER, R. W. *Cognitive Grammar: a basic introduction*. New York: Oxford University Press, 2008.

LASNIK, H.; DEPIANTE, M.; STEPANOV, A. *Syntactic Structures Revisited: Contemporary lectures on classic transformational theory*. Cambridge: MIT Press, 2000.

LEMLE, M. *Análise sintática: teoria geral e descrição do português*. São Paulo: Ática, 1984.

MIOTO, C. Focalização e quantificação. *Revista Letras*, Curitiba, Editora da UFPR: n. 61, especial, p. 169-189, 2003.

MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; LOPES, R. E. V. *Novo Manual de Sintaxe*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2007.

\_\_\_\_\_. *Novo Manual de Sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2013.

MIOTO, C.; FOLTRAN, M. J. A favor de small clauses. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 49, n. 1, p. 11-28, 2007.

MORTARI, C. A. *Introdução à lógica*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

MOURA, H. *A linguagem não é transparente: um estudo sobre a relação entre forma e sentido*. Tese de concurso para professor titular de Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

\_\_\_\_\_. *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2006.

MOURA, H.; VARASCHIN, G. Para uma explicação cognitivamente plausível da conjunção em português. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 13, n. 1, 2016.

OTHERO, G. A. *A gramática da frase em português: algumas reflexões para a formalização da estrutura frasal em português*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2009.

PERLMUTTER, D. M. Impersonal passives and the Unaccusative Hypothesis. In.: *Proceedings of the 4th Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, 1978. p. 157-190.

PINKER, S. *Do que é feito o pensamento: a língua como janela para o conhecimento humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PINKER, S.; JACKENDOFF, R. The faculty of language: what's special about it? *Cognition*, Elsevier, v. 95, 2005. p. 201-236.

PROGOVAC, L. *Evolutionary Syntax*. New York: Oxford University Press, 2015.

\_\_\_\_\_. The syntax of nonsententials: Small clauses and phrases at the root. In.: PROGOVAC, L. et al. *The Syntax of Nonsententials: Multidisciplinary perspectives*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2006.

QUAREZEMIN, S. *Estratégias de focalização no português brasileiro: uma abordagem cartográfica*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RADFORD, A. *Syntactic Theory and the acquisition of English syntax*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

\_\_\_\_\_. *Transformational Grammar: A first course*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

RAPOSO, E.; URIAGEREKA, J. Long distance case assignment. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 21, 1990. p. 505-537.

\_\_\_\_\_. Two types of small clauses (toward a syntax of theme/rheme relations). In.: CARDINALETTI, A; GUASTI, M. T. (Org.). *Syntax and semantics: small clauses* (vol) 28. San Diego: Academic Press, 1995.

RODRIGUES, P. A. O status de small clauses das construções gerundivas e adjetivais complementos de verbos de percepção com interpretação imaginativa. *Anais do 6º Encontro CELSUL - Círculo de Estudos Linguísticos do Sul*. Florianópolis, 2004.

ROTHSTEIN, S. *Predicates and their Subjects*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2001.

\_\_\_\_\_. Small clauses and copular constructions. In.: CARDINALETTI, A; GUASTI, M. T. (Org.). *Syntax and semantics: small clauses* (vol) 28. San Diego: Academic Press, 1995.

SEARLE, J. *Expression and meaning: Studies in the theory of speech acts*. New York: Cambridge University Press, 1979.

\_\_\_\_\_. *Speech acts: An essay in the philosophy of language*. New York: Cambridge University Press, 1969.

STOWELL, T. Remarks on clause structure. In.: CARDINALETTI, A; GUASTI, M. T. (Org.). *Syntax and semantics: small clauses* (vol) 28. San Diego: Academic Press, 1995.

\_\_\_\_\_. Subjects across categories. *The Linguistic Review* 2. 1983. p. 285-312.

TALMY, L. *Toward a Cognitive Semantics* (vol) 1. Cambridge: MIT Press, 2003.

TAVEIRA DA CRUZ, R. Small clauses como IPs. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 49, n. 1, 2007. p. 65-78.

WILLIAMS, E. Against Small Clauses. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 14, n. 2, 1983. p. 287-308.

\_\_\_\_\_. Small clauses in English. In: KIMBALL, J. P. (Org.). *Syntax and semantics*. (vol) 4. Orlando: Academic Press, 1975. p. 249-273.